

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE**  
**Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCHS - Campus de Toledo**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU – CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DENISE FRITZEN**

**Cultura Política e Comportamento Eleitoral no município de**

**Frederico Westphalen/RS**

**TOLEDO**

**2014**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE**  
**Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCHS - Campus de Toledo**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU – CIÊNCIAS SOCIAIS**

Denise Fritzen

**CULTURA POLÍTICA E COMPORTAMENTO ELEITORAL NO**  
**MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais – nível mestrado, na Linha de pesquisa “Democracia e Políticas Públicas” como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Arantes

TOLEDO  
2014

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária  
UNIOESTE/Campus de Toledo.

Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

F919c Fritzen, Denise  
Cultura política e comportamento eleitoral no município de  
Frederico Westphalen / RS / Denise Fritzen .-- Toledo, PR : [s. n.],  
2014.  
87 f. : il., (algumas color.), figs., tabs..

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Arantes  
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais ) - Universidade  
Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de  
Ciências Sociais e Humanas.

1. Ciências sociais - Dissertação 2. Cultura política - Frederico  
Westphalen (RS) 3. Eleições - Frederico Westphalen (RS) 4.  
Eleitores - Atitudes 5. Campanha eleitoral 6. Democracia I. Arantes,  
Marco Antonio, orient. II. T

CDD 20. ed. 324.98165

DENISE FRITZEN

**CULTURA POLÍTICA E COMPORTAMENTO ELEITORAL NO  
MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais – nível de Mestrado, na Linha de Pesquisa “Democracia e Políticas Públicas” como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Unioeste/*Campus* de Toledo, em 02 de outubro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Marco Antonio Arantes (orientador)  
UNIOESTE - TOLEDO

---

Prof. Dr. Geraldo Magella Neres  
UNIOESTE - TOLEDO

---

Prof. Dra. Jussara Jacomelli  
URI – Frederico Westphalen

Dedico este trabalho a meu PAI, meu grande incentivador, e hoje de onde estiver tenho a certeza que estará me aplaudindo. Aos meus filhos Miguel Selvino e Julia e meu esposo Vanderlei, pela compreensão e por suportarem e entenderem a minha ausência em muitos momentos.

## AGRADECIMENTOS

A construção deste trabalho só foi possível com a ajuda e incentivo de muitas pessoas, e neste momento, quero agradecer a cada uma que fizeram esse meu sonho se tornar realidade.

Primeiramente a Deus, pela vida e pela sua proteção constante em minha vida, por ter me guiado e fortificado nos momentos mais difíceis, principalmente nestes dois anos nas longas viagens de Frederico Westphalen a Toledo para as aulas do mestrado.

A minha mãe, mulher guerreira que sempre me incentivou e me ensinou a lutar pelos meus ideais e ensinou a importância da educação.

As minhas irmãs Claudimara e Lisiane, pelo apoio, incentivo constante para a realização deste sonho, obrigado pela força de sempre e carinho, amo vocês.

Ao meu marido Vanderlei, meu grande incentivador, meu companheiro de todas as horas, que foi fundamental neste processo, contribuindo com seu amor, carinho e muita compreensão, força e incentivo essencial nas horas mais difíceis, para que eu pudesse chegar até aqui.

Meu amado filho Miguel, por entender minhas ausências, e pelo carinho que lhe é peculiar.

A Julia, minha amada filha, tão pequena e indefesa precisou compartilhar seus momentos de colo com a dissertação da mamãe, amo vocês meus filhos.

Ao meu orientador Prof. Dr. Marco Antonio, por me acolher como orientada, pela paciência, compreensão e principalmente pela contribuição com seus conhecimentos e sabedoria que possibilitaram a construção deste trabalho, muito obrigada.

Aos professores do mestrado, pelos importantes conhecimentos e dedicação transmitida.

A professora Maria Salete Amorim, que através de suas aulas no mestrado fez despertar em mim a curiosidade e vontade de descobrir a cultura política, e seus trabalhos que serviram de luz a meus estudos, obrigada.

A Marilucy, secretária do mestrado, por estar sempre disponível e as constantes acolhidas em sua sala, obrigada.

Aos meus colegas de mestrado, Vânia, Ane, Amir, Andressa, Cesar, Franciele, Grasiela, Telma e Carla, com quem dividi momentos de angústias e muitas alegrias, foram momentos únicos que levarei para sempre em minha vida, principalmente a amizade de vocês.

A Dionara, pela importante e fundamental ajuda na coleta dos dados.

Enfim, a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a realização desta importante etapa em minha vida, muito obrigada!

## RESUMO

FRITZEN, Denise. **Cultura Política e Comportamento Eleitoral no município de Frederico Westphalen/RS**. 2014. 89 fl. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Campus de Toledo. 2014.  
Orientador: Marco Antonio Arantes

Este trabalho tem como finalidade analisar as questões culturais e os processos democráticos, bem como, as percepções e os comportamentos ideológicos dos agentes políticos do município de Frederico Westphalen no Rio Grande do Sul. A pesquisa revela a importância da cultura política como variável analítica do comportamento político dos cidadãos e o apresenta como dimensão importante da realidade social, sendo central na análise efetuada no município gaúcho. Partindo de uma perspectiva analítica que subleva as questões culturais e os processos democráticos, bem como as percepções e o comportamento ideológico dos agentes políticos do município, parte-se da ideia da cultura política como elemento chave em diversos contextos históricos. A pesquisa busca traçar parâmetros entre o comportamento eleitoral dos cidadãos na decisão do voto de forte caráter personalista e os aspectos teóricos que regem a cultura política, estes como fatores determinantes no processo eleitoral do município. Visa-se assim contribuir para o debate sobre a relação entre o comportamento dos cidadãos na posse dos seus direitos políticos, o abandono do voto baseado no programa partidário, o fortalecimento das bases de consolidação democráticas e as influências culturais existentes.

Palavras-chave: Cultura política, comportamento eleitoral, democracia.

## ABSTRACT

FRITZEN, Denise. **Political Culture and Electoral Behavior in the city of Frederico Westphalen/RS**. 2014. 89 fl. Dissertation (Master's degree in Social Sciences) Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Campus of Toledo. 2014.

Leader: Marco Antonio Arantes

This work aims to analyze cultural issues and democratic processes as well as the perceptions and the ideological behaviors from the political agents in Frederico Westphalen city in the state of Rio Grande do Sul. The research reveals the importance of political culture as an analytical variable of the political behavior of the citizens and shows as an important social reality dimension, as being central to the analysis performed on the gaúcho city. Starting from an analytical perspective which revolts the cultural issues and the democratic processes, as well as the perceptions and the ideological behavior from the political agents of the city, it starts from the idea of political culture as a key element in several historical contexts. The research aims to delineate parameters between electoral behavior of the citizens on the decision taking from strong personalist character and the theoretical aspects that govern the political culture, these ones as determinants in the electoral process of the city. The purpose is so to contribute the debate about the relation between the citizens' behavior in the possession of their political rights, the vote abandonment based on the party program, the strengthening of the democratic consolidation basis and the existing cultural influences.

Key-words: political culture, electoral behavior, democracy.

## Lista de Gráficos

Gráfico 1. Nível de Escolarização da Amostra.....	52
Gráfico 2. Escolarização X Sexo.....	53
Gráfico 3. Faixa Etária Eleitorado.....	55
Gráfico 4. Situação Profissional da Pesquisa.....	56
Gráfico 5. Renda Familiar.....	56
Gráfico 6. Acompanhamento da Política.....	59
Gráfico 7. Interesse por Política.....	61
Gráfico 8. Decisão de Voto em Frederico Westphalen.....	64
Gráfico 9. Principais Fatores na Escolha Eleitoral.....	66
Gráfico 10. Participação Grupos Sociais.....	68
Gráfico 11. Fator de Decisão Voto.....	69

## Lista de Tabelas

Tabela 1. Prefeitos de Frederico Westphalen.....	46
Tabela 2. Distribuição populacional por sexo – Frederico Westphalen.....	51
Tabela 3. Escolarização Eleitor/TSE/RS.....	51
Tabela 4. Escolarização X Sexo.....	54
Tabela 5. Faixa Etária Eleitor.....	55

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
CAPÍTULO I: CULTURA POLÍTICA E O COMPORTAMENTO ELEITORAL.....	15
1.1 Democracia na lógica da cultura política.....	16
1.2 O comportamento eleitoral e suas perspectivas .....	24
1.3 O Comportamento e a Decisão Eleitoral no viés da Cultura Política .....	27
1.4 Personalismo e clientelismo: Fatores de influência no processo eleitoral .....	29
CAPÍTULO II: FREDERICO WESTPHALEN: CULTURA E SISTEMA POLÍTICO .....	33
2.1 Breve histórico de Frederico Westphalen .....	33
2.2 A política e o poder local de Frederico Westphalen .....	41
2.3 Determinantes Socioeconômicos de Frederico Westphalen .....	48
CAPÍTULO III: COMPORTAMENTO ELEITORAL E A CULTURA POLÍTICA EM FREDERICO WESTPHALEN – A PESQUISA.....	51
3.1 Perfil sociodemográfico da pesquisa.....	51
3.2 Participação e interesse político dos cidadãos .....	58
3.3 Fatores determinantes na escolha eleitoral.....	64
3.4 Percepção de democracia e política local .....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	75
APÊNDICE I.....	80

## INTRODUÇÃO

O estudo da cultura política no campo da Ciência Política tem ganhado espaço e reconhecimento na busca da compreensão de ações que determinam a sociedade em condicionamento às instituições democráticas. Desta forma, centrado na análise das sociedades e suas instituições, o estudo da cultura política busca aprofundar as relações entre o comportamento, sistemas e atitudes políticas. É na década de 60 que o termo cultura política teve uma maior ênfase, isso devido a estudos realizados por Almond e Verba (1963), estes estudos apontam, principalmente na área da Política Comparada, abordagens estruturais e funcionalistas, tendo como objetivo fundamental a busca pelo significado para as ações humanas.

Na década de 1960, os estudos referentes à cultura política baseavam-se no processo de redemocratização, buscando analisar o comportamento da sociedade quanto ao processo democrático e a participação desta nos processos políticos.

Posteriormente, estudos realizados por diversos autores puderam aprofundar o tema, buscando maior embasamento ao termo cultura política e maior compreensão ao desenvolvimento social e político das sociedades. Para González (2011), o conceito de cultura política permite desenvolver um novo olhar para as diferenças de funcionamento e desempenho de arranjos institucionais semelhantes implantados em sociedades diferentes. Baquero (2011) aponta que, as classificações de cultura política vão além de simples descrições do mundo ou percepções sobre os assuntos cotidianos, mas envolvem expectativas e comportamentos.

Para Inglehart (2002), as análises partem da afirmação da existência de zonas culturais distintas e estas com importantes consequências sociais e políticas que ajudam a determinar fenômenos importantes.

É de se destacar que a influência de uma cultura é fator determinante no processo da emancipação social e política do homem, uma vez que “a cultura política se refere às normas, crenças e valores que são internalizados pelos cidadãos, por meio do processo de socialização política e que operam em três dimensões: (1) a cognitiva – o conhecimento sobre política, (2) a afetiva – sentimentos de apoio ou rejeição a política e (3) a avaliativa – sobre julgamentos sobre os objetos políticos”, (BAQUERO, 2010).

Partindo destas perspectivas, e analisando a questão do atual cenário político brasileiro, podemos pontuar que, apesar de a população afirmar que a democracia é a melhor forma de governo e assim evidenciando seu total apoio, a mesma revela altos índices de insatisfação com o desempenho do regime democrático.

Esses níveis de insatisfação estão presentes principalmente no tocante dos níveis econômicos, como afirma Amorim (2011):

são relevantes na medida em que indicam que a democracia é percebida pela população como melhor forma de governo, a única capaz de garantir as liberdades individuais e a igualdade política entre os cidadãos, ao mesmo tempo em que sinalizam uma decepção dos cidadãos com o desempenho do regime democrático, especialmente no âmbito socioeconômico. (AMORIM, 2011, p.127).

Também neste sentido, Lawrence e Huntington (2002) enfatizam que as tradições culturais são, notavelmente, resistentes e moldam o comportamento econômico da sociedade.

Em decorrência a estas atitudes, o que se observa é o crescimento da pobreza extrema e da exclusão social e um aumento significativo da corrupção governamental, o que contribui significativamente para o afastamento e o descrédito das pessoas em relação à política. As consequências destas atitudes de afastamento e descrédito com as questões políticas acarretam na abertura de espaço às práticas do clientelismo e ao personalismo, interferindo diretamente na tomada de decisões e no comportamento eleitoral, sobretudo na questão da decisão de voto dos cidadãos.

A centralidade deste trabalho está em analisar as questões culturais e os processos democráticos, bem como as percepções e os comportamentos ideológicos dos agentes políticos do município de Frederico Westphalen, no Rio Grande do Sul. Nesta perspectiva, os autores Kuschnir e Carneiro (1999) apontam que “a noção de cultura política refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nas quais se baseia o comportamento de seus atores”. A partir da realização de entrevistas direcionadas, se estará traçando parâmetros entre o comportamento eleitoral dos cidadãos em sua decisão de voto e os aspectos teóricos que regem a cultura política visando, desta forma, contribuir para o debate sobre a relação entre o comportamento dos cidadãos na posse de seus direitos políticos e as bases de consolidação democrática e as influências culturais existentes.

Para tanto, devemos iniciar as abordagens desse processo buscando analisar os fatores que contribuem para este pensamento e atitudes – quase que generalizado da sociedade –, de como compreendem a questão democrática e buscam seu envolvimento neste processo, e analisar como estes fatores estão ligados à cultura política em que a sociedade encontra-se envolvida, aqui especificamente no município de Frederico Westphalen, situado no Estado do Rio Grande do Sul.

Assim, o estudo apresentado encontra-se dividido em três capítulos, os quais buscam evidenciar as abordagens metodológicas do estudo da cultura política que envolve o município de Frederico Westphalen. Desta forma, o Capítulo I, intitulado Cultura Política e Comportamento Eleitoral, busca embasamento teórico de autores da área com o intuito de fundamentar a pesquisa.

Entendendo da importância de se contextualizar e estudar os acontecimentos passados para a compreensão dos atuais, o Capítulo II, intitulado Frederico Westphalen: Cultura e Sistema Político, faz um resgate histórico do município de Frederico Westphalen, pontuando seus principais momentos políticos e históricos para o desenvolvimento municipal, bem como das pessoas que fizeram parte deste processo.

No terceiro e último Capítulo, intitulado Comportamento Eleitoral e a Cultura Política em Frederico Westphalen – a pesquisa, é desenvolvida a pesquisa que é proposta por este trabalho, ou seja, apresentamos dados coletados com os eleitores de Frederico Westphalen para o entendimento do processo político eleitoral municipal e do envolvimento destes eleitores a fim de compreendermos a questão cultural que envolve todo este processo político do município.

## CAPÍTULO I: CULTURA POLÍTICA E O COMPORTAMENTO ELEITORAL

Atualmente, o estudo da democracia é mais que meramente objetivo de pesquisas acadêmicas e ou conhecimento acerca dos acontecimentos sociais e políticos que nos rodeias, e sim, como pontua Alves, “por que estudar democracia? Esta discussão hoje não é só apaixonante como necessária! Apaixonante por sua atualidade e profundidade. É necessária para que se revejam alguns paradigmas teóricos do século XX e para que este processo ilumine a realidade do século XXI”. (ALVES, 2012, p. 65).

Para Baquero (2011, p. 21) “[...] aprofundar a compreensão sobre democracia enquanto sistema político é relevante e oportuno”, uma vez que estamos inseridos em uma sociedade que busca através da democracia efetivar suas ações políticas, buscando a igualdade aos seus beneficiários e usuários, sendo que, é isto o que se preconiza nas leis e constituições, porém não sendo por vezes assim que as ações acontecem.

Quando abordamos a questão da democracia no sistema político, ela é primeiramente lembrada e compreendida como forma de votar e ser votado, sendo este pensamento disseminado no senso comum, renegando e desqualificando, desta forma, o sentido e a importância da democracia para o desenvolvimento de uma determinada sociedade.

Para tanto, devemos iniciar as abordagens desse processo buscando analisar os fatores que contribuem para este pensamento quase que generalizado da sociedade. Assim, analisaremos o modo como compreendem a questão democrática e buscam seu envolvimento neste processo, e como estes fatores estão ligados à cultura política em que a sociedade encontra-se envolvida.

Baquero (2007, p.11) faz referência a esta questão, salientando como “as discussões em torno do conceito de cultura política no Brasil têm ressurgido na virada do milênio na busca de fatores explicativos de uma situação paradoxal, na qual um modelo de democracia formal convive pacificamente com uma realidade social precária”, considerando, assim, a falta de atores sociais e protagonistas de ações que visam mudanças e participação social.

Seguindo nesta mesma linha de pensamento, o autor considera ainda que, “Nesse cenário, embora a democracia formal prospere, se a democracia substantiva não for fortalecida, tendem a se manter e a se acirrar atitudes e comportamentos de desconfiança, descrença e de repúdio dos cidadãos em relação às instituições que representam o modelo centrado no mercado e aos políticos que o gerenciam” (BAQUERO, 2007, p.11), tornando-se os cidadãos meramente coadjuvantes da política, e não agentes de transformação e participação.

Desta forma, Baquero (2007) aponta que,

Ao contrário das expectativas geradas pelo modelo formal de democracia de criar cidadãos críticos, paradoxalmente constata-se a permanência de uma cultura política caracterizada pela passividade, antagonismo e resignação, que não é unicamente consequência de eventos recentes ou fatores conjunturais. (BAQUERO, 2007, p. 11).

Assim, as análises nos levam a considerar que existem fatores cujo determinante está baseado na cultura política, sendo que esta “deve ser compreendida dentro do processo de evolução histórica de um dado contexto.” (BAQUERO, 2007, p. 11). Porém, ao salientar tal proposição, o autor se furta à existência de um determinismo histórico e cultural, mas validando que não podemos negar a influência de fatores históricos na construção de representações e sua contribuição na manutenção de crenças e valores políticos.

Desta forma, e com o intuito de estar discutindo os temas referentes à cultura política, democracia e o comportamento eleitoral, este capítulo estará abrangendo os seus conceitos, de forma simples e breve, através de análises realizadas por estudiosos da área.

Inicialmente, se estará abordando o debate referente à cultura política no viés da democracia, tendo como objetivo evidenciar os aspectos que permeiam esses temas, evidenciando a relação entre a cultura política e o sistema democrático vivenciado, e como estes definem as atitudes tomadas pela camada social.

Em seguida, analisaremos de forma sucinta o contexto do comportamento eleitoral, ou seja, o posicionamento dos indivíduos frente às questões postas. Dentro desta análise, buscaremos pontuar as perspectivas analíticas que norteiam o posicionamento deste comportamento, bem como o que define os mesmo em nossa sociedade.

Por fim, buscaremos analisar a decisão eleitoral nas configurações e influências da cultura política. Como afirma Amorim (2011) “a cultura política é uma variável importante que contribui para compreender a estabilidade e as mudanças dos sistemas políticos”, sendo que, desta forma, a relevância do tema abordado consiste em pontuar os aspectos que o indivíduo atribui a sua decisão na hora do voto com os fatores externos que se tornam importantes para esta tomada de decisão, ou seja, a influência de uma cultura política neste processo democrático.

## **1.1 Democracia na lógica da cultura política**

A democracia é uma palavra que teve sua origem na Grécia Antiga, no século V a.C, e que significa demo = povo e kratein = governo. Nesta época, a democracia era entendida como forma de governo baseada em três principais direitos da sociedade grega, que eram: igualdade, liberdade e participação.

A democracia é utilizada para definirmos padrões de comportamento de uma sociedade, e também a forma de como esta se encontra organizada e estruturada. Porém, não existe uma única definição dada ao termo e, em diversos estudos, autores a classificam com diversos entendimentos.

O termo democracia é utilizado na maioria das áreas do conhecimento, sendo palavra de ordem nos séculos XIX e XX, e, por vez, utilizada sem termos clareza de sua importância e/ou do seu real significado, sendo pontuada, muitas vezes, apenas como forma de governo de uma determinada sociedade. Para Schumpeter (1984), democracia é uma mera forma de escolhas de governantes e de produzir governantes, em que não se é possível desvincular o sistema econômico da democracia. Partindo nessa mesma linha de pensamento, o autor considera ainda que precisa-se desconsiderar a existência de uma vontade autônoma do povo, caracterizando esta possibilidade como irrealista e inexistente.

Para Rousseau (2008), a democracia pode ser compreendida e fundamentalmente centrada nos princípios da soberania popular, da deliberação direta e da construção da “vontade geral”, em que a vontade popular é soberana sobre as ações tomadas. Os autores Schumpeter e Kelsen têm acerca da democracia uma visão pragmática, em que o valor desta residirá, sobretudo, na sua funcionalidade e eficiência instrumental.

Schumpeter (1984) realiza em seus estudos uma análise da teoria clássica, tendo em vista, à realidade dos mercados econômicos competitivos e a expansão inevitável de sua lógica as outras esferas da vida social e política, assim, o autor destaca que, é preciso demolir uma das principais fundações da teoria clássica da democracia: a que repousava na crença da existência de uma vontade autônoma dos cidadãos.

Destacamos que, principalmente a partir dos estudos de Schumpeter e Kelsen, que se volta a afirmar que a democracia é a melhor forma de governo e, conseqüentemente, é a melhor forma de escolhas de governantes.

Ainda seguindo a linha de pensamento de Schumpeter (1984), o mesmo coloca que a relação de política é uma relação de poder, onde o regime democrático possibilita três fatores: liberdade de escolha, liberdade de opinião e a oportunidade de alternância de governo.

Acerca da democracia como forma de governo e de tomadas de decisões políticas de uma sociedade e a relação de poder que a mesma gera, Walquíria Rêgo (1994) afirma que,

Em suma, a democracia já totalmente despida de ‘fantasias irreais’ converte-se num método de produzir governo e decisão política. De modo que, ‘o método democrático é aquele acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população’. (RÊGO, 1994, p. 8).

Discorrendo acerca da história da democracia e de sua origem, e acerca do modo como se dava a democracia, vemos que ela era considerada representativa, porém, uma democracia que não dava direito a todos de participação, como por exemplo, as mulheres, que não tinham o direito de voto. Como pontua González (2011),

O modelo institucional de democracia que se desenvolveu no século XX foi o da democracia representativa, tendo como principais instrumentos a eleição, pelo voto, de membros do legislativo, que resulta na escolha, por estes, do Chefe de Governo, nos regimes parlamentaristas e a eleição do Chefe do Poder Executivo, nos regimes presidencialistas. (GONZÁLES, 2011, p. 50).

Diversos autores buscam uma “melhor” definição e ou “aproximação” para o conceito ideológico da democracia. Kelsen (Apud RÊGO 1994) acredita na possível existência de dois tipos de democracia, sendo uma formal burguesa, esta, fruto da luta pela liberdade política, e um segundo conceito de democracia, a democracia social ou proletária, esta baseada na doutrina marxista.

Para os autores Liñan et al. (2001), uma definição ao conceito de democracia é que esta deve ser mínima, mas não submínima, e devemos incluir todos os aspectos essenciais que ela produz, mas não propriedades que não sejam, necessariamente, características da democracia, pontuando que, desta forma, a democracia é um regime político e, assim sendo, promove eleições competitivas livres, pressupõe a cidadania adulta e abrangente, bem como protege a liberdade civil e os direitos políticos. Ou seja, a democracia abrange:

- 1º Eleições competitivas livres e limpas (executivo e legislativo);
- 2º Direito de voto a grande maioria adulta da população;
- 3º Proteção a direitos políticos e liberdades civis (como liberdade de imprensa);
- 4º Autoridades eleitas devem deter o genuíno poder de governar em oposição àqueles que não “eleitos”, os governantes de “bastidores” determinam.

Para O'Donnell (1999), classificar um caso específico como democrático ou não tem implicações morais, pois há um consenso no mundo contemporâneo de que a democracia é um tipo de governo normativamente preferível, o que implica também em consequências que não poderão ser desconsideradas. Assim, não podemos deixar de considerar que esta qualificação traz consequências práticas, sendo que, no atual sistema de internacionalização, o acesso a importantes benefícios que um determinado Estado tem depende da avaliação da condição democrática do país.

Podemos salientar que o termo democracia aparece constantemente nos discursos ideológicos, sendo que, por inúmeras vezes, é utilizado para justificar práticas e atitudes totalitárias, perdendo seu real sentido e autenticidade de seu significado. Nesse sentido, podemos analisar que a democracia é moldada através da diversidade do contexto social, político e, principalmente, cultural de cada país; ou seja, o conceito de democracia poderá ter seu sentido diversificado na sua essência.

Abordando especificamente o caso latino americano, podemos verificar, segundo análises de Baquero (2011), que este entorno vem experimentando mudanças significativas no seu desenvolvimento econômico, político e social. Porém, o que se pode observar é que, no campo político, o regime democrático tem se institucionalizado por meio de estabelecimento de normas que introduziram uma previsibilidade das regras do jogo e, já no campo econômico, pode-se observar resultados consideráveis e positivos; o mesmo não se pode dizer no campo social, onde estes avanços são menos visíveis e pouco auspiciosos.

Assim, verifica-se atualmente que o sistema de democracia, na maioria dos países da América Latina, é exercida de forma participativa, sendo uma forma de governo do povo para o povo. Porém, além do discurso, observa-se que, apesar de ser considerada a melhor forma de governo, ainda existe insatisfações perante a sociedade, principalmente no tocante de níveis econômicos dos países, como afirma Amorim (2011), são relevantes na medida em que indicam que a democracia é percebida pela população como a melhor forma de governo, a única capaz de garantir as liberdades individuais e a igualdade política entre os cidadãos, ao mesmo tempo em que sinalizam uma decepção dos cidadãos com o desempenho do regime democrático, especialmente no âmbito socioeconômico.

Salientando esta linha de pensamento, e voltando aqui especificamente ao caso brasileiro, em relação à opinião da população sobre a democracia, Baquero (2011) faz a seguinte afirmação:

No caso do Brasil, os problemas crônicos que têm caracterizado o país, tanto do ponto de vista da dificuldade para a formação de instituições políticas orgânica e efetivamente estruturadas, quanto da recente descrença dos cidadãos na democracia, dificulta o seu processo de fortalecimento democrático. Tornou-se evidente que as predisposições gerais de apoio à democracia convivem simultaneamente com uma aguda descrença nas instituições políticas e nos políticos em geral. (BAQUERO, 2011, p. 17).

Seguindo nessa linha de pensamento, Baquero (2010, p. 09) acrescenta: “temos uma cultura política híbrida, quando os cidadãos, ao mesmo tempo em que consideram a democracia a melhor forma de governo, não se mostram satisfeitos com o desempenho das instituições políticas democráticas”. O mesmo autor ainda afirma que, “de maneira geral, constatou-se um desencanto dos latinos-americanos com o funcionamento da democracia, na medida em que não se verificava um progresso social.” (BAQUERO, 2011 p. 17).

E, desta forma, para buscar uma melhor compreensão para as diversidades encontradas nos conceitos de democracia, aqui falando em América Latina, Baquero define a questão como da seguinte maneira:

Embora o desenvolvimento democrático seja o resultado de um conjunto de fatores, uma excessiva ênfase tem sido colocada nas instituições e sua reforma para superar seus problemas. Parte-se do princípio de que as instituições se constituem em variáveis independentes do processo político. Pouca atenção tem sido dada, a outros elementos, principalmente à cultura política. (BAQUERO, 2011, p. 13-14)

Portanto, percebe-se que, embora autores busquem melhor definir a democracia, há de se considerar as divergências encontradas entre os mesmos, contudo, existe um ponto em que consenso, ou seja, a existência de uma ideologia na qual poderá ser colocada ao interesse de todos. E, assim, podemos colocar que a questão que envolve o contexto social, principalmente a questão da cultura política, encontra uma diferenciação em sua análise partindo de determinada sociedade e país.

Podemos considerar que o estudo de cultura política, bem como as definições de seus conceitos, ganhou ênfase com os estudos de Almond e Verba (1963 [1989]). Os autores, na forma em que foi proposto o estudo, assumiram uma linha normativa, sendo que a maior preocupação foi com as questões democráticas e sua estabilidade, e também como se daria esta estabilidade frente às questões culturais. Em seu livro *The civic culture* (1989), os autores delimitam o conceito de cultura política, as atitudes e orientações que os cidadãos têm quanto aos assuntos relacionados à cultura política.

O termo 'cultura política' refere-se às orientações especificamente políticas, às atitudes com respeito ao sistema político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos na vida pública. (ALMOND; VERBA, 1989, p. 12).

A partir das considerações apontadas, podemos estar pensando a cultura política de maneira em que esta delinea em suas mais variadas formas e expressões, remetendo-nos a estabelecer relações de valores, atitudes e normas sociais, sendo estas ações presentes na conjuntura histórica das sociedades, e assim direcionando os comportamentos das diretrizes e direções tomadas pela política nas sociedades.

Com isso, devemos considerar a construção histórica das sociedades, dando ênfase aos fenômenos complementares e relevantes de áreas do conhecimento para o entendimento da cultura política ao longo dos processos transitórios e das transformações sociais ocorridas. Através disto, visando chegar a conceitos e caracterizações do que seria a cultura política de uma determinada sociedade ou nação, Almond e Verba (1989, p. 13) a definem como “[...] a distribuição particular de padrões de orientação política com respeito a objetos políticos entre os membros da nação”.

Buscando entender a questão da cultura política e qual o seu processo de influência nos processos de tomadas de decisões, é possível descrever que:

Cultura política é um conceito multidisciplinar. A expressão foi criada na década de 60 por Almond e Verba a partir da combinação das perspectivas sociológica, antropológica e psicológica no estudo dos fenômenos políticos. O objetivo era incorporar nas análises da política da sociedade de massas contemporânea uma abordagem comportamental, que levasse em conta os aspectos subjetivos das orientações políticas, tanto do ponto de vista das elites quanto do público desta sociedade. (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p. 227).

Seguindo nesta mesma linha de raciocínio, os autores afirmam que, “a noção de cultura política refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores” (KUSCHNIR e CARNEIRO, 1999, p.227). Porém pode-se afirmar que a cultura política é definida, além de descrições simples do mundo e as percepções de assuntos cotidianos, como elemento que envolve experiências, comportamentos e expectativas em relação ao contexto vivenciado.

Para Baquero (2010), define o termo cultura política como tributário da abordagem estrutural funcionalista da teoria de política comparada, cujo objetivo fundamental é buscar significados para a ação humana.

A cultura política se refere às normas, crenças e valores que são internalizados pelos cidadãos por meio do processo de socialização política. Assim, existem tipos diferentes de orientações políticas, classificadas como: 1. “orientação cognitiva”, que ressalva o conhecimento do sistema político e a crença nele, nos seus titulares e seus papéis, ou seja, nos seus *inputs* e *outputs*; 2. “orientação afetiva”, esta traduzida pelos sentimentos referentes ao sistema político, seus papéis, pessoas e seu desempenho; 3. “orientação avaliativa”, esta busca o julgamento e opiniões sobre os objetos políticos, envolvendo, desta forma, os padrões de valores, também estes valores com as informações e sentimentos. (ALMOND e VERBA, 1989, p. 14).

Para chegar a estas três classes, seriam avaliadas as orientações a partir de conceitos diferentes de classes e objetos políticos, sendo que estes abrangeriam os sentimentos mais genéricos, perpassando por processos políticos e administrativos e, por fim, sendo analisado o papel do indivíduo.

Autores como Inglehart (2002) e Putnam (1996) fazem referência a uma abordagem ao estudo da cultura política como instrumento de análise para se possam pesquisar as crenças, os valores e as identidades dos diferentes grupos sociais existente nas sociedades.

Inserese, desta forma, o objeto de estudo da cultura política, uma vez que este contribui para o entendimento relacionado ao comportamento político dos cidadãos, fazendo referência à importância dos valores culturais de cada sociedade no processo de tomada de decisão e, principalmente, aos processos democráticos exercidos nestas sociedades.

Para tanto, podemos verificar que, no contexto atual e na realidade da cultura política na América Latina, o grau de confiabilidade nas instituições políticas é baixíssimo, e, assim como analisa Amorim (2011), a estabilidade do sistema democrático decorre da existência de valores culturais compatíveis com a democracia, ou seja, seu fortalecimento depende da qualidade das instituições e de uma sólida cultura política democrática.

Outro fator que merece destaque na análise da cultura política da América Latina é que se vivencia uma realidade baseada no assistencialismo, paternalismo e na prática clientelista, acarretando em cidadãos vulneráveis a política deste favoritismo, favorecendo, principalmente, ao populismo e oportunismo daqueles que detém o poder, em um afastamento e ou a falta de uma coletividade na vida política. Neste sentido, Baquero (2011) assinala que,

O cidadão se torna imediatista e preocupado somente com sua situação individual ou familiar. Sente-se desamparado pelas instituições convencionais e formais que deveriam representá-lo na elaboração de políticas públicas. Por outro lado, instaura-se uma inércia política na qual se reproduzem práticas políticas tradicionais: o clientelismo, o personalismo, o privatismo e a fragmentação social. (BAQUERO, 2011, p. 16).

Desta forma, podemos assinalar que, muitas vezes, a limitação, o afastamento e/ou a falta de uma coletividade na vida política de uma camada social acarreta em questões de fundamental importância para o desenvolvimento democrático de uma sociedade e em seu nível de envolvimento participativo, conforme acentua Baquero (2010):

Dessa condição, resulta um cidadão politicamente vulnerável e economicamente excluído, que internaliza normas e valores de desapego às instituições de mediação política e prefere se envolver em relações de troca de favores que descaracterizam o processo democrático e, ao mesmo tempo, propicia a prosperidade do neopopulismo. (BAQUERO, 2010, p. 188).

Outro fator analisado neste processo de cultura política foi que a “presença de desigualdades sistemáticas afetou o processo político, viciando-o e operando a favor dos grupos mais poderosos da sociedade, reforçando mutuamente as desigualdades sociais e políticas. Os que estão no lado negativo da equação da igualdade tendem a participar menos da política, e não têm estímulos para construir identidades coletivas formais ou informais. As implicações normativas dessas atitudes e desses comportamentos são claras: resignação e hostilidade em relação à política. Passa-se a conviver numa cultura política híbrida que mistura legitimidade jurídica com falta de legitimidade social.” (Baquero, 2011, p.18).

Assim, ao observar a questão política da sociedade e o papel de cada eleitor, Schumpeter (1984, p. 326) sinalizava que, na questão de escolha de governos, “os eleitores são maus juízes,

frequentemente corruptos e muitas vezes até mesmo são maus juízes de seus próprios interesses de longo prazo, pois apenas a premissa de curto prazo diz alguma coisa politicamente e apenas a racionalidade de curto prazo se afirma de modo efetivo”, não tendo, desta forma, o pensamento com a coletividade e culminando com a falta de envolvimento político. Segundo Rêgo (1994),

“O método de seleção competitiva de lideranças não está evidentemente, isento de problemas como escolhas de políticos medíocres e irresponsáveis. Mas como a função primordial da seleção de lideranças, que disputam o “mercado livre de votos”, é a produção do governo, a má escolha pode ser evitada, ou pelo menos minorada, se certas condições sociais e políticas estiverem presentes no funcionamento do método democrático” (RÊGO, 1994, p 10).

Acerca do pensamento de Schumpeter, a mesma autora afirma que “Neste ponto Schumpeter faz considerações que se referem à existência de outros fatores, como hábitos e tradições culturais, que transcendem o puro universo da política”. (RÊGO, 1994, p 10)

Baquero (2011) analisa que, dentro de uma perspectiva cultural e política, acerca das orientações em termos de formação de pesquisa, o que se pode ressaltar é a dificuldade de se estar construindo uma cidadania efetiva e equitativa frente às fragilidades das instituições democráticas, aos déficits de representação e à permanência de vícios tradicionais que ocorrem na política.

Com isso, podemos considerar que, atualmente, a democracia é exercida, na maioria dos países, de forma mais participativa. É uma forma de governo do povo e para o povo, e um dos grandes desafios que se tem nos dias atuais nesse processo de democracia e cultura política na América Latina é a superação das desigualdades sociais, as quais impedem a sociedade de uma efetivação em relação a sua efetiva participação.

Destacamos que, dentro deste contexto, a América Latina vivencia fortemente a presença de fatores determinantes como o tradicionalismo e o autoritarismo. Neste contexto, a cultura política é exercida como forma privada e vivenciada por poucos. Segundo Baquero (2011):

Dessa forma, as instituições políticas e a dimensão procedimentalista não conseguem mais ser eficientes para fundamentar a mediação entre cidadão e a sociedade e muito menos com o sistema político, razão pela qual o indivíduo se aliena cada vez mais da arena política. Um país como o Brasil, com carências sociais e econômicas expressivas, necessita, para superar dilemas, de um maior engajamento dos cidadãos numa parceria com o governo. Tal parceria deve ser fundamentada no princípio da cidadania ativa como elemento essencial da política contemporânea. É decisivo que se garanta ao cidadão o acesso aos ativos materiais, mas, sobretudo, é imperativo o investimento de recursos no empoderamento das pessoas, ou seja, democratizar o acesso a oportunidades iguais. O desafio, portanto está em localizar mecanismos que viculem os processos de diferenciação e segregação, típicos de uma sociedade fragmentada, com uma cultura política de igualdade. (BAQUERO, 2011, p. 15).

Cabe aqui salientar que, como pontua Amorim (2011, p.138), os desafios a serem enfrentados são: “com a recuperação dos níveis de confiança política e com uma participação política mais efetiva. A consolidação da democracia exige mudanças na cultura política e a geração de normas e de comportamentos participativos, coletivos e cooperativos, com elevados índices de confiança interpessoal e institucional”.

Neste sentido, para que a democracia não seja apenas representativa, deve haver a participação e a representação dos cidadãos, principalmente nos processos decisórios das questões políticas. A participação e a representação dos cidadãos são compreendidos como instrumentos e mecanismos de legitimação no processo democrático se fazem de suma importância.

## **1.2 O comportamento eleitoral e suas perspectivas**

O estudo do comportamento eleitoral no campo da ciência política contemporânea vem ganhando destaque e sendo um campo de grande desenvolvimento e análise nesta área. Estudos a respeito do comportamento político dos eleitores vêm sendo propostos com o intuito de se obter alternativas para explicar como o cidadão encontra-se envolvido e comporta-se nas configurações do mundo político, fator também considerado de grande relevância é a decisão do voto, de qual maneira o eleitor define sua decisão na hora da sua escolha eleitoral.

Cervi (2002) aponta que,

Das principais concepções de democracia existentes, por mais díspares que se apresentem, todas têm um ponto em comum: desconsideram em maior ou menor grau a volatilidade do comportamento eleitoral como elemento-chave da análise dos sistemas democráticos. (CERVI, 2002, p. 123).

Dentre as análises democráticas no Brasil, também há que se destacar a existência de grande dificuldade em se identificar a volatilidade eleitoral. Segundo Cervi (2002), isso se dá em função do conceito de personalismo político. Segundo o autor, são constantes as considerações de que os eleitores identificam-se com os candidatos carismáticos e, assim, apresentam um comportamento eleitoral pouco racional.

Nesse sentido, no processo de análise do comportamento eleitoral, é importante considerar que a identificação pessoal do eleitor com o candidato é um dos fatores decisivos e de maior relevância no processo de decisão de voto. Contudo, observa-se nesta identificação a existência de um processo imutável, como pontua Cervi (2002, p. 124): “o eleitor vota repetidamente em

determinado candidato com quem se identifica pessoalmente, é um equívoco, por desconsiderar a volatilidade do comportamento eleitoral”.

Para tanto, o que se pode observar nas literaturas sobre o comportamento eleitoral é a existência de inúmeras vertentes analíticas, as quais possuem perspectivas que buscam fundamentos para a interpretação do condicionamento da decisão do voto.

Dentre estas perspectivas, as principais teorias que buscam explicar o sentido do comportamento eleitoral estão baseadas nas perspectivas sociológica, psicológica e na teoria da escolha racional. Outra forma utilizada para análise do comportamento eleitoral é a divisão destes em dois grandes grupos, ou seja, numa matriz analítica macrossocial e outra microssocial, ou também chamada de individualismo metodológico.

As considerações baseadas na perspectiva sociológicas se utilizam de uma abordagem macro de análise, ou seja, partindo do contexto social do grupo estudado, para explicar o comportamento político dos cidadãos, baseados nas condições sociais que constituem o contexto institucional, ideológicos e os objetivos políticos se desenvolvem. Ou, como pontua Cervi (2002), referindo-se à matriz macrossocial,

[...] considera fatores estruturais, culturais e históricos como formadores das esferas sociais, econômicas e políticas de uma sociedade. Esses fatores impõem clivagens sociais que na esfera política são representados por diferentes partidos políticos, com os quais parcelas do eleitorado identificar-se-iam e manifestariam seu apoio ou oposição. [...] A perspectiva macrossocial considera que grupos sociais distintos têm interesses diferentes e buscam uma representação política própria por meio de partidos ou líderes que representam os interesses do grupo. Isso é o que faria o eleitor direcionar seu voto em uma ou outra direção, ou até mesmo decidir-se pelo não-voto. Assim, a influência do grupo é um importante elemento explicativo da escolha eleitoral, pois pessoas que trabalham e vivem juntas tendem a votar nos mesmos candidatos. (CERVI, 2002, p. 124).

Com isso, ressalta-se que, dentro da perspectiva sociológica, enfatiza-se a importância de fatores determinantes, tais como: socioeconômicos, culturais e de estrutura de classes; sendo imprescindível na perspectiva sociológica a análise do contexto em que os indivíduos atuam. Assim, é através dos partidos políticos que os indivíduos e os grupos sociais se identificam e manifestam a participação política, mostrando suas relações e, com isso, os determinantes e relações ao comportamento eleitoral.

Os estudos das perspectivas psicológicas partem da análise do indivíduo, sendo analisada a motivação psicológica do mesmo. Para esta perspectiva, o comportamento eleitoral está centrado na individualidade estrutural da personalidade, nas crenças de cada indivíduo e nas atitudes destes em relação ao mundo político.

E, dentro da perspectiva psicossociológica, segundo Cervi (2002),

considera como elementos determinantes do comportamento eleitoral percepções do próprio processo, tais como a identificação do candidato vencedor, o sentimento de obrigação de votar em uma disputa ‘apertada’ e outros mais. Sendo assim, além das clivagens histórica, social e cultural dos grupos, os indivíduos apresentariam subclivagens de comportamento eleitoral, dado que o comportamento final dependeria de seus graus de interesse e informação a respeito das eleições. (CERVI, 2002, p. 125).

Há de se destacar que, dentro da perspectiva psicológica, não é descartado os impactos dos fatores externos e macroestruturais, porém, salientam que tais fatores, por si só, não explicam tais contextos comportamentais. Assim, torna-se relevante dentro de uma pesquisa a aplicação de questionários de opinião, sendo que, através destes, podem ser observadas as preferências por determinados partidos políticos e analisada a atitude do entrevistado em relação à decisão de voto.

E a terceira perspectiva de abordagem é a da teoria da escolha racional, ou também baseada na perspectiva microssocial. Esta perspectiva está fundada em análises do individualismo metodológico, evidenciando que o comportamento político dos indivíduos não se condiciona por identidades culturais, e que a particularidade do cidadão não é relevante ao seu posicionamento de tomada de decisão, ou seja, considera-se aqui a decisão do voto como um produto de ação racional individual, como se esta ação fosse meramente interesse a uma mercadoria, visualizada como um “mercado político”. Neste sentido, Dows (1999) aponta que,

De acordo com essa proposta, seria possível explicar os comportamentos políticos considerando que os indivíduos são racionais e agem intencionalmente, procurando maximizar seus ganhos, tal como fazem os consumidores no mercado econômico. (DOWS, 1999, p. 58).

É também nesta perspectiva de racionalismo que a análise do individualismo metodológico, parte do princípio de que o indivíduo é racional em suas escolhas e visa em suas ações ganhos pessoais. Assim, a participação política dentro desta análise perspectiva, está relacionada à decisão racional de cada indivíduo.

Dentro desta análise, podemos pontuar que as considerações em relação ao grupo estariam em um segundo plano nas perspectivas da definição do comportamento eleitoral, porém, estas considerações não sendo totalmente rejeitados.

Cervi (2002, p. 125) aponta que, “de acordo com essa corrente, o eleitor toma duas decisões relacionadas entre si: 1) participar ou não do processo eleitoral e, em caso positivo, 2) escolher determinado partido ou candidato – sempre considerando que a decisão tomada será a melhor para ampliar os seus ganhos individuais”.

Pode-se destacar também na teoria da escolha racional que um fator relevante ao voto, bem como de sua escolha, é a preferência partidária do indivíduo, sendo que este se utiliza de ideologias partidárias como instrumental para sua tomada de decisão.

Entre todos os estudos analisados, o que se acredita é que não se pode acreditar somente na existência de eleitores majoritários, que seu comportamento eleitoral esteja ligado e estruturado rigidamente, que tão somente sua maneira de decisão eleitoral seja constante e totalmente previsível.

### **1.3 O Comportamento e a Decisão Eleitoral no viés da Cultura Política**

Pode-se constatar-se que as análises referentes à cultura política e ao comportamento e decisão eleitoral são condizentes com os possíveis impactos de construções ideológicas sobre cultura política em determinada sociedade. Sabe-se que a cultura política está relacionada a uma variedade de atitudes, tais como crenças; valores políticos, estes pontuados como orgulho nacional; participação e interesse pela política; confiança interpessoal e institucional, ou seja, o que afeta o relacionamento dos indivíduos com a vida pública.

Também, tais fatores se inserem, como pontua Amorim (2011, p. 136), “dentro de uma perspectiva sociológica, cuja suposição básica é a de que os fatores socioeconômicos e a posição que os indivíduos ocupam na estrutura social influenciam na decisão de voto”, porém, destaca-se que, por mais importantes que este fator represente, não é o suficiente para explicar o comportamento de eleitores na sua decisão de voto.

Para a análise e a compreensão da decisão de voto dos cidadãos, como foi considerado anteriormente, faz-se necessário a integração de fatores e das perspectivas sociológicas, psicológicas e também basear-se nos aspectos culturais da referida população.

Para iniciarmos as considerações referentes à decisão de voto em um processo eleitoral, precisamos primeiramente analisar a existência de uma racionalidade do voto, ou seja, considerando o eleitor brasileiro, em sua maioria tendo baixo nível de orientação política e interesse pela política, colocando-se, desta forma, fora do processo político e do processo de tomada de decisões.

Com isso, parte-se da premissa de que o cidadão tem em seu comportamento eleitoral e, conseqüentemente, sua decisão ao voto condicionado ao personalismo, acreditando-se que este comportamento está baseado nas ações do próprio funcionamento do sistema político. Senso assim, os eleitores apenas expõem a sua percepção que detém em relação a sua visão de mundo político através de seu voto.

O que se observa, então, é que o elevado índice de desinteresse por parte do eleitor quanto aos assuntos relacionados à política trazem consequências de suma importância num processo decisório, tais como, informações insuficientes e um distanciamento nas questões políticas.

Desta forma, para que possamos compreender o comportamento dos eleitores em seu processo de tomada de decisão de voto e a cultura política que os envolve, é necessário partirmos da observação da percepção de que os eleitores com um nível de baixa sofisticação política têm em relação ao mundo político em que estão envolvidos.

Para um estudo mais preciso referente ao personalismo, aqui especificamente analisando o caso brasileiro, é preciso buscar na história a compreensão dos elementos culturais que a compõem, sendo que estes elementos são fundamentais para o entendimento das ações que influenciam os processos políticos de tomada de decisões.

Neste sentido, conforme Borba (apud AMORIM 2011),

A conjugação de cidadãos pouco sofisticados com a constante difusão de ideologias antidemocráticas foi o elemento central da formação da cultura política brasileira, permitindo que o personalismo constituísse a base histórica da estruturação do comportamento eleitoral. (BORBA apud AMORIM, 2011, p. 166).

Partindo destes apontamentos, podemos observar que o Brasil é historicamente marcado em sua estrutura política com elementos tradicionais, sendo eles o personalismo, o clientelismo e o populismo. Contudo, pode-se afirmar que o voto com bases em critérios avaliados na pessoa do candidato, reforça o predomínio do personalismo e também a decorrência de um enfraquecimento das instituições partidárias. Amorim (2011) destaca que, quando não há laços entre eleitores e partidos, construídos por vínculos programáticos ou ideológicos, a personalidade dos candidatos tem fundamental importância na escolha eleitoral.

Desta forma, em relação às considerações apontadas referentes ao posicionamento do eleitor nos processos de tomada de decisão, principalmente no que determina seu voto, pressupõe-se que, em sua maioria, os eleitores têm influência da cultura política que vivenciam e esta tem interferências diretas no comportamento eleitoral de cada cidadão. Ou seja, cada cidadão expressa sua visão de mundo baseado nas percepções de ações, valores e atitudes políticas em que sua realidade está inserida.

Sendo a visão do mundo político que condiciona o comportamento do cidadão, em relação a sua decisão de voto, ou também chamada de racionalidade sobre sua realidade, devemos ter em vista as questões de vulnerabilidade em que a maioria do eleitorado encontra-se inserido, observando assim uma pré-disposição em tomar como verdadeiros valores gerados na estrutura da sociedade em que vive. Ou, como define Baquero (2000):

Consideramos que, para avaliar as crenças dos cidadãos, é importante contextualizar o processo de construção de atitudes levando-se em conta os fatores históricos-estruturais. (BAQUERO, 2000, p. 132).

Neste processo, partimos da hipótese de que o processo vivido pelo cidadão, e o que influencia seu comportamento eleitoral e sua decisão de voto, tem, em sua maioria, fator determinante a cultura política, sendo que este comportamento eleitoral está moldado em bases históricas e estruturais que encontram-se institucionalizadas na política brasileira.

#### **1.4 Personalismo e clientelismo: Fatores de influência no processo eleitoral**

O termo clientelismo foi conceituado por antropólogos a fim de apontar as relações de poder pessoal que ocorrem principalmente em pequenas sociedades. Porém, ao estudarmos o clientelismo, não podemos deixar de relacioná-lo a outro termo de grande importância e influência ao referido estudo, o personalismo, aqui tratado principalmente no caso político, e também os atores sociais envolvidos neste processo. Sendo que estes atores envolvidos criam fatores determinantes a esta relação, chegando por vezes a ser considerada uma relação de poder e, principalmente, formando uma relação de dependência entre este sistema, se observando ainda a questão de recursos materiais e ou simbólicos, não sendo descartado o uso da troca de bens materiais e de serviços.

Objetivando analisar os referenciais teóricos que definem o clientelismo e o personalismo, buscaremos na literatura subsídios que nortearão o estudo dos temas para uma melhor compreensão e discussão dos mesmos, faremos desta forma uma breve análise do clientelismo e o personalismo com conceitos que definem os temas.

No processo histórico brasileiro, podemos destacar o clientelismo como fator de forte influência, destacando-se principalmente na República Velha, onde era exercida a dominação das elites na articulação das relações políticas e sociais da época. Afirmado este contexto, Graham (apud SEIBEL; OLIVEIRA, 2006, p. 136), o clientelismo constituiu a trama de ligação da política no Brasil do século XIX. Durante a primeira república, a vitória eleitoral sempre dependeu do uso competente dessa forma de relação, que incidia sobre a distribuição de cargos oficiais, sobre a concessão de proteção e outros favores, em troca de lealdade política e pessoal.

Schwarz (apud SEIBEL; OLIVEIRA, 2006, p. 137) igualmente contribui para a compreensão do cenário em que se desenvolve o clientelismo no Brasil, quando informa que a colonização brasileira produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”. Como a relação entre os dois primeiros é clara, o autor

destaca o terceiro, pois, não sendo nem proprietário nem proletário, dependia da dádiva<sup>1</sup> e do favor para ter acesso à vida social.

A lógica da dádiva é apontada por Seibel e Oliveira (2006) como:

A lógica da dádiva e do favor tornou-se o conteúdo principal dos vínculos políticos e sociais, operando nas esferas da vida particular e privada as questões que, numa sociedade de direitos, deveriam ser fixadas como caráter público. (SEIBEL; OLIVEIRA, 2006, p. 137).

Neste sentido, as análises dos autores levam a considerar que esse sistema existente formava uma extensa trama de ligações, ou seja, podendo assim afirmar, segundo estes autores acima citados, que o sistema clientelista formou o Brasil e a política brasileira. Ou, como pontua Santin (2008, p. 5852), a noção histórica de poder local no Brasil sempre esteve vinculada ao coronelismo, patrimonialismo e ao personalismo no exercício político.

Santin (2008) ainda pondera que o Estado brasileiro tem o clientelismo como prática política presente desde os tempos coloniais. Constitui-se na troca de favores entre os detentores do poder político e alguns “eleitores”, os quais realizam relações patrimonialistas de trocas de interesses comuns. Ao político interessa o voto, já o eleitor, este tem em vista algum tipo de favor, como o emprego, vaga na escola, atendimento médico, bens materiais. Trata-se de uma troca de favores (SANTIN, 2008, p. 5853).

Os autores Seibel e Oliveira (2006) ponderam que a análise do clientelismo tem seu significado através da ação de troca, ou seja,

O clientelismo significa, portanto, uma ação de troca entre sujeitos que, por um lado, demandam um serviço de caráter público que, normalmente, não poderia ser obtido por meio do mercado e, de outro, por aqueles que administram ou têm acesso aos decisores sobre a concessão desse serviço. Essa intermediação dá-se via ‘moeda política’, cujo débito será cobrado, provavelmente, no próximo evento eleitoral. (SEIBEL; OLIVEIRA, 2006, p. 138).

Seguindo a linha de pensamento dos autores, podemos considerar que a política brasileira envolvida nesta trama clientelista e personalista cria mecanismos de dependência, tanto ao eleitor como no candidato, uma vez que ambos “dependem” desta troca de favores em prol de algo almejado, descaracterizando a forma política da democracia e projetando distorções no livre jogo da política, prejudicando o equilíbrio e a legalidade das ações das disputas eleitorais propostas no sistema democrático.

---

<sup>1</sup> Seguindo Jaques Godbout (1999, p. 29) “qualifiquemos de dádiva qualquer prestação de bem ou de serviço, sem garantia de retorno, com vistas a criar, alimentar ou recriar os vínculos sociais entre as pessoas”.

Desta forma, como aponta Nunes (2010), o clientelismo repousa num conjunto de redes personalistas que se estendem aos partidos políticos, burocracias e cliques. Estas redes envolvem uma pirâmide de relações que atravessam a sociedade de alto a baixo. As elites políticas nacionais contam com uma complexa rede de corretagem política que vai dos altos escalões até as localidades.

Seguindo ainda a linha de pensamento de Nunes (2010), o autor enfatiza a questão analisando que o personalismo manifestou-se de tal forma que este impregnou e enquadrou-se em muitas instituições. Ou seja, as ações se definem tanto a quem detém o poder como do cidadão que se sujeita ao popular “jeitinho brasileiro” de se beneficiar com algo.

Os brasileiros enaltecem o jeitinho (isto é, uma acomodação privada e pessoal de suas demandas) e a autoridade pessoal como mecanismos cotidianos para regular relações sócias e relações com instituições formais. A propensão ao personalismo é bem ilustrada pela instituição do jeitinho e pelo uso da autoridade pessoal, tão bem representada pela expressão ‘você sabe com quem está falando?’. (NUNES, 2010, p. 52).

Acerca do processo clientelista e personalista brasileiro, Santin (2008, p. 5853) afirma que “as relações políticas têm natureza eminentemente pessoal, comprometendo o interesse público e a distribuição social dos recursos do país para atender a interesses privatísticos, privilegiando os eleitores que vão trocar seus votos por favores pessoais. Trata-se da apropriação privada da coisa pública”.

Amorim (2006), também reforça que

a democracia e as instituições políticas fortalecem as relações clientelistas, especialmente através das eleições. A troca de favores por lealdade política encerra um conjunto de crenças, valores e hábitos que se fundem em profundas raízes históricas. Trata-se uma relação pessoal, assimétrica e informal, pautada na amizade, gratidão, reconhecimento e lealdade. (AMORIM, 2006, p. 78).

Desta forma, estas relações estão pautadas, principalmente, na sociedade no que tange o setor econômico, ou seja, na fragilidade e na falta de recursos econômicos, fazendo que com que os indivíduos se tornem dependentes ao sistema clientelista. Assim, “é no campo das políticas sociais do tipo clientelista assume seu formato mais primário, pois se pauta na organização de relações entre Estado e sociedade baseadas no personalismo, na reciprocidade de benefícios e nas lealdades individuais” (SEIBEL; OLIVEIRA, 2006, p. 138).

Amorim (2006) sustenta que,

A implantação do Estado mínimo, com um modelo que gera altos níveis de exclusão social, contribui para a permanência do clientelismo nas sociedades contemporâneas. Quanto maiores os níveis de pobreza e desigualdade social, maior a necessidade de assistência social e de financiamentos de políticas públicas. E quanto maiores são os recursos que o Estado destina a assistência social mais poderosa a rede clientelista. Essa situação se agrava com a dependência socioeconômica gerada por tais políticas. (AMORIM, 2006, p. 80).

Seibel e Oliveira (2006, p.143) destacam que “o clientelismo, na qualidade de conteúdo de relações políticas (atuando nos segmentos populares, principalmente), se fortalece justamente diante de necessidades sociais normalmente urgentes, emergentes ou excepcionais. Portanto, é produto da pobreza e da miséria”.

Com isso, conforme aponta Amorim (2006, p. 80), “o clientelismo se nutre das necessidades não satisfeitas e das demandas sociais não atendidas. A pobreza é vista como inevitável e os planos assistenciais, exaltados como único foco de atenção pelos discursos políticos. Além de gerar dependência do Estado, a relação clientelar neutraliza qualquer tentativa de democratização, controle e participação na gestão pública”.

Assim, conclui-se que o clientelismo, dentro de sua organização de uma cultura patrimonial e de uma racionalidade, na qual concebe a política como espaço privado para satisfação de interesses privados e particulares, é fator determinante da organização e da eficácia das atuais políticas sociais, mantendo um círculo vicioso do sistema político, refletindo nesta relação uma desigualdade na sociedade brasileira.

Buscando um melhor entendimento para os atuais acontecimentos relacionados com todos estes fatores, no próximo capítulo faremos um resgate histórico do município de Frederico Westphalen, procurando, assim, compreender a relação entre os acontecimentos passados com a atualidade e a relação destes fatores com a atual cultura política municipal.

## **CAPÍTULO II: FREDERICO WESTPHALEN: CULTURA E SISTEMA POLÍTICO**

Com o intuito de traçar o perfil político do município de Frederico Westphalen, este capítulo buscará analisar o processo histórico municipal, dando ênfase às questões econômicas, sociais e políticas que fortaleceram o processo de emancipação e construção do município, dando a devida importância aos mesmos, fatores estes que denotam o cenário da atual conjuntura política, sendo esta análise necessária para que possamos compreender o comportamento político da atualidade em Frederico Westphalen.

Para a realização desta análise, os temas foram divididos em três subcapítulos, sendo que o primeiro traz, de forma sucinta, o histórico do município de Frederico Westphalen, sua origem, colonização, emancipação, fatores e pessoas que foram determinantes neste processo. No segundo subcapítulo estaremos abordando conceitos e fatores determinantes quanto à questão política e o poder local de Frederico Westphalen, apontando pessoas que tiveram expressão notória nas tomadas de decisões, bem como fatores que influenciaram, e ainda influenciam, a política local.

Na sequência das análises realizadas, o terceiro subcapítulo abordará os fatores socioeconômicos do município, fatores estes que, inicialmente, foram baseados na agricultura e nos pequenos comércios e, atualmente, segundo o IBGE (2013), a economia municipal está baseada principalmente no setor primário, indústrias e comércio.

### **2.1 Breve histórico de Frederico Westphalen**

No processo de colonização do Estado do Rio Grande do Sul, destaca-se a independência estadual quanto à federação. Conforme Jacomelli (2004, p. 11) “O período de 1889 a 1930, no Rio Grande do Sul, foi marcado pela autonomia estadual em relação ao centro administrativo do país em assuntos de seu peculiar interesse; ao mesmo tempo, no espaço local foi registrada a centralização do poder cooptando os localismos”. A questão do poder local de alguns municípios é fator presente e constante no processo histórico estadual e regional do Rio Grande do Sul, valendo-se do poder econômico e, conseqüentemente, alicerçando a estes o poder político.

Assim, de modo geral, podemos afirmar que a formação do Estado do Rio Grande do Sul se deu através de múltiplas disputas e conflitos pelo poder, não diferindo da maioria dos demais Estados da União. Dentro deste complexo universo contextual, o qual não vamos nos aprofundar devido ao escopo de nosso trabalho, queremos apenas chamar a atenção para dois pontos,

indispensáveis tanto para a correta interpretação dessa formação como para a elaboração da presente atividade.

O primeiro destes pontos trata-se da divisão territorial do Rio Grande do Sul durante o século XIX. Sobre essa divisão, aponta Ferigollo (2004) que

O Rio Grande do Sul é elevado à condição de Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul no início do século 19, ou seja, em 1809, quando esteve dividido territorialmente em 4 municípios, Porto Alegre como a Capital, Santo Antônio da Patrulha, Rio Grande e Rio Pardo. A nossa região (região do Alto Uruguai) pertencia a Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo até 1857, quando a já Província do Rio Grande de São Pedro do sul sofreu nova divisão territorial e graças ao desenvolvimento proporcionou mais 22 municípios, chegando a 26, e a nossa ficou pertencente ao município de Cruz Alta, e o maior povoado existente era vila Velha ou Palmeira. Na Eleição de Cruz Alta em 1857, o povoado de Palmeira, com boa densidade demográfica, elegeu quatro dos sete vereadores da primeira Câmara Municipal. Palmeira tornou-se independente aos 6 de maio de 1874, transformado em município por decreto; foi instalado em 7 de abril de 1875, quando a nossa região passou a integrar a nova divisão territorial. (FERIGOLLO, 2004, p. 29).

O segundo ponto a ser lembrado é o período compreendido entre os anos de 1889 (proclamação da República) a 1930 (revolução de 1930), denominado República Velha, período o qual foi “marcado pela ênfase político-econômica a interesses do complexo cafeeiro da região Sudeste, sobre o qual estava centrada a estrutura político-administrativa de então, em detrimento das demais regiões, postas numa relação periférica e subsidiária se comparadas ao complexo agroexportador do café.” (JACOMELLI, 2003, p. 24). Destarte, quem dominava o cenário político e decidia os rumos da política eram especialmente paulistas e mineiros, daí a famosa política do “café com leite”. Dela também herdamos a política dos governantes<sup>2</sup> e as relações coronelistas.

Também nesse período, compreendido como República Velha, especificamente no contexto do Estado do Rio Grande do Sul, destacam-se algumas particularidades determinantes tanto das relações interpessoais como da organização político-administrativa do mesmo, como o poder do coronel, o qual foi cooptado pelo Estado, como afirma Felix (1987, p. 30):

É importante destacarmos o componente sociopsicológico da obediência à hierarquia decorrente da necessidade de sobrevivência numa região instável como um fator preexistente para caracterizarmos as relações do coronel-republicano não só com seus dependentes, mas essencialmente com o Estado. Julio de Castilhos e Borges de Medeiros perceberam de maneira nítida esse fator e souberam, inteligentemente, utilizar-se dele através do partido. A lealdade partidária exigida

---

<sup>2</sup> Arranjo desenvolvido pelo então presidente da república Campos Sales (1898-1902). “Seus objetivos podem ser assim resumidos: reduzir ao máximo as disputas políticas no âmbito de cada Estado, prestigiando os grupos mais fortes; chegar a um acordo básico entre União e os Estados; pôr fim à hostilidade existente entre Executivo e Legislativo, domesticando a Escolha dos deputados. O governo central sustentaria assim os grupos dominantes nos Estados, enquanto estes, em troca, apoiariam a política do presidente da República.” (FAUSTO, 2012, p. 222-223).

pelo PRR seria um elemento perfeitamente ajustado à filosofia positivista adaptada, no RS, à necessidade de consolidação partidária e republicana no estado e, inclusive, às tradições locais preexistentes, aumentando, apenas na República, mais um elo na cadeia de obediência-dependência com a inclusão do coronel no Estado. (JACOMELLI, 2003, p. 27).

Ainda em relação a esse período de 1889 a 1930, Jacomelli (2004) sustenta que o referido Estado foi marcado

pela autonomia da esfera estadual em relação ao centro administrativo do país em assuntos do seu peculiar interesse; ao mesmo tempo, no espaço local foi registrada a centralização do poder cooptando os localismos. Outrossim, as divergências políticas pertinentes e atuantes no estado, com seus artifícios contestatórios ao governo, somadas à presença de áreas fronteiriças em alguns casos, desafiaram a ação centralizadora e intervencionista do governo. Nesse contexto, os atos oficiais estiveram pautados pelos princípios do positivismo ajustados aos interesses das elites partidárias locais e estaduais, sintetizadas na aplicação das **Leis de Terras**; as relações de poder ocorriam exigindo a observância da doutrina vigente através da intervenção do estado nos municípios. Nesse viés, a colonização oficial constituiu-se em instrumento eficaz: controlando, disciplinando, distribuindo a terra, os cargos e benefícios públicos em âmbito local, o partido-Estado agia sobre o fluxo das relações de poder, que se manifestavam em divergências políticas e em práticas ilegais na região fronteiriça. (JACOMELLI, 2004, p. 11).

Expressos esses dois pontos, indispensáveis tanto para a correta interpretação da formação do Rio Grande do Sul como para a elaboração da presente atividade, podemos proceder a abordagem direta da história do município de Frederico Westphalen.

Como a grande maioria, senão a totalidade dos municípios que compreendem a região norte do Estado do Rio Grande do Sul, em suas origens, antes mesmo de ser possível imaginar uma colonização, Frederico Westphalen era um território inexplorado de florestas selvagens, povoado apenas por alguns poucos povos indígenas e animais selvagens e, eventualmente, visitado por caçadores aventureiros. Tal contexto nos descreve o primeiro pároco desse município, o Mons. Vitor Battistella<sup>3</sup> em seu livro *Painéis do Passado* (1969):

um imenso tapete de mata verde-escura, lançado sobre vastas planícies e ondulantes serranias. Em cima a majestade incomparável do ‘Luar do sertão’; em baixo a solidão do deserto, um silêncio solene, apenas quebrado pelo barulho das águas de rios e regatos rumorejando nos pedregais das corredeiras, ou pelo cicicar dos ventos na copa das árvores seculares; pelo rugido do jaguar em busca de caça ou pelo passo apressado das antas fugitivas quebrando os taquarais. Raros viandantes, armados de espingarda, acompanhados de matilhas de cães, embrenhavam-se na selva. Eram os caçadores, atraídos pela abundância da fauna. [...] nossa região do Alto Uruguai, antigamente, era habitada pelas tribos Caigang e

---

<sup>3</sup> Talvez a pessoa que mais influenciou os primeiros 40 anos da história local do município de Frederico Westphalen devido ao impacto de suas iniciativas e obras. Por conseguinte, iremos abordar adiante um pouco mais de sua trajetória no município.

Bugres, indígenas que, como os demais povos ‘Ge’, foram denominados ‘Coroados’ pelos descobridores, porque usavam cortar os cabelos em redor da cabeça com uma taquara lascada, em forma de coroa de frade, costume que lhes era típico. (BATISTELLA, 1969, p. 7-9).

Tal contexto silvestre e sertanejo começou a ser paulatinamente modificado apenas após a descoberta acidental, por um grupo de caçadores, das fontes de águas termais do “Mel”, por volta de 1894-1895, no atual município de Iraí. Tal município recebeu este nome provavelmente pela grande quantidade de abelhas que havia no local. A partir da descoberta das águas minerais, bem como de seu poder terapêutico, “presumivelmente por foragidos da Revolução Federalista de 1893, o ‘Sertão de Palmeira’ passou a ser alvo de atenções.” (SPONCHIADO, 1989, p. 25), e alvo das atenções dos povos ditos “civilizados”, já que aqui se encontravam apenas indígenas.

Em virtude de tal descoberta, iniciou-se um processo crescente de busca pelas águas termais devido à fama que as mesmas adquiriram de realizar verdadeiros “milagres” à saúde dos que dela provavam ou faziam uso. Esse processo ocasionou um aumento de circulação de pessoas, especialmente turistas e banhistas pelas terras da região do Alto Uruguai.

Um grave problema, entretanto, apresentava-se às pessoas que se dirigiam às águas do “Mel”, a saber, a falta de estradas por onde pudessem transitar com maior liberdade. O que existia na época eram apenas pequenos piques, estreitas e tortuosas veredas, abertas a facão e foice, que conduziam da Boca da Picada (atual município de Seberi) até o local das águas em Iraí.

A dificuldade de acesso, o problema das escassas, ou melhor, inexistentes estradas, a enorme dificuldade enfrentada na obtenção de produtos básicos para a subsistência, além da mínima circulação de moeda, foram alguns dos principais fatores responsáveis pelo tardio povoamento da região por povos europeus (foi a última região do estado povoada por europeus). Segundo Ferigollo (2004, p. 201), “A falta de estradas para o Alto Uruguai e a decisão política de colonizar ajudaram atrasar a chegada dos migrantes”.

De acordo com Sponchiado (1989),

o marco inicial do efetivo povoamento da região [...] foi a criação da Comissão de terras e Colonização de Palmeira, a 3 de fevereiro de 1917 pelo Decreto 2.250 do Governador Borges de Medeiros. Visava proceder a discriminação, demarcação e colonização das terras públicas do extenso município de Palmeira. Assumiu sua direção o competente engenheiro Frederico Westphalen. (SPONCHIADO, 1989, p. 25).

Sobre a Comissão de Terras e Colonização, é necessário acrescentar que o objetivo do estado quando da sua criação era, justamente, obter receitas na comercialização das terras, bem como facilitar a ocupação das mesmas. Neste intento, foram criados e instalados três núcleos de povoamento, ou seja, três diferentes comissões, as quais concentravam a administração das terras

públicas, sendo que o 1º núcleo correspondia ao município de Erechim; o 2º núcleo correspondia ao município de Santa Rosa e o 3º núcleo correspondia ao município de Palmeira das Missões. Acerca das dimensões territoriais gigantescas correspondentes ao município de Palmeira das Missões, em 1874, ano de sua emancipação. Dalla Nora (apud JACOMELLI, 2004, p. 23) salienta que sua extensão era de 9.252 km².

Neste contexto, devemos deixar claro que a comissão constituía um órgão estadual do governo, a qual atuou em Palmeira especificamente durante os governos de Borges de Medeiros e Getúlio Vargas. Suas funções nesse contexto era, para além de discriminar, demarcar, conduzir e efetivar o projeto de colonização do município, solucionar processos de legitimação de posse das terras que já estavam sob domínio privado, bem como resolver processos de legitimação já requeridos, fiscalizar as florestas e proibir tanto o corte ilegal de madeira como os “intrusos” que se estabeleciam ilegalmente na área. Ou seja, o campo de atuação desse órgão governamental era muito amplo, exercia influência e determinava diretamente a ocupação das terras no âmbito daquele município (JACOMELLI, 2004, p. 24-25).

Logo após a criação da Comissão de Terras e Colonização, uma das primeiras medidas por ela adotada foi efetivar a construção de estrada de rodagem ligando Palmeira às águas termais do Mel, haja vista que estavam sendo processados estudos para viabilização de um povoado na localidade visando o aproveitamento sistemático das águas pelo Estado. De acordo com Sponchiado (1989),

Após estudos preliminares, a 12 de setembro de 1917, iniciaram-se os trabalhos no ‘Fundo da Fortaleza’ (Seberi) com exploração e locação da via. [...] Para trabalhar como diaristas na abertura desta estrada, (que foi inaugurada somente em 1928, pelo Governador Getúlio Vargas) começaram a chegar muitos colonos de Ijuí, acoçados pelas safras frustradas devido à seca e aos ataques de gafanhotos de 1916. Muitos ‘intrusos’ já fixados, regularizavam suas posses em troca de serviços na construção do caminho. Como era previsto pelo Governo, a partir de 1919, apontaram agricultores das colônias velhas italianas à procura de novas terras para estabelecerem-se. A distribuição dos lotes coloniais, seguindo a orientação positiva do Dr. Carlos Torres Gonçalves, então diretor da Diretoria de Terras e Colonização, era parcimoniosa: cada família podia receber de 2 a 3 lotes de 25 hectares; cada jovem, com mais de 15 anos, podia adquirir apenas um. O preço era variável, dependendo da posição. Aos poucos, na espessa mata subtropical, foram surgindo clareiras. Erguiam-se os primeiros ranchos, substituídos, mais tarde, por uma casinha mais confortável. Lavouras com produtos de subsistência afloravam cada vez mais. (SPONCHIADO, 1989, p. 25).

A história mais aceita, ou ao menos a que foi mais difundida, acerca do surgimento do primeiro nome da localidade que hoje corresponde à sede do município de Frederico Westphalen, faz referência a um Barril. Uma história que adentra mais no campo da lenda do que propriamente em fatos. Como assinalamos acima, a primeira estrada que ligava o município de Palmeira das

Missões às águas do Mel, divisa com o oeste catarinense, foi iniciada em 1917 a partir da determinação da Comissão de Terras daquele município, comissão esta então dirigida pelo Engenheiro Frederico Westphalen.

Esta estrada, entretanto, somente chegou à localidade da atual sede de Frederico em 5 de fevereiro de 1919. A partir desse momento, começou a aumentar o tráfego de viajantes naquele território. Segundo a história, surgiu um problema no acampamento dos trabalhadores durante a construção da estrada, a saber, a dificuldade de captação de água no córrego chamado Perau devido à inexistência de acúmulo de água no local. Devido a tal situação, certo dia, obedecendo a ordens, um dos trabalhadores da construção da estrada, José Copatti, rumou até o Armazém de Antônio Marino Zanatto, em Fortaleza, atual município de Seberi, de lá voltando com diversas mercadorias e um barril vazio para aquele acampamento. A fim de solucionar tal problema, destamparam o barril e enterram o mesmo no meio no córrego. Adaptaram nele uma grossa taquara lascada à moda de bica. Deste modo, a água enchia o barril, e todos, trabalhadores e transeuntes, podiam usufruir da água e da boa sombra para descanso no local<sup>4</sup>.

Em torno deste barril começou a surgir um aglomerado de moradores, formando, mais tarde, uma vila, a qual ficou conhecida como Vila Barril. Em 1922, tendo em vista a circulação mais frequente e ampla de viajantes, o barril foi substituído por um coche de cedro. Neste local de encontro e de descanso dos viajantes, no ano de 1981 foi construída uma praça denominada Praça Barril, sendo considerada símbolo histórico da cidade. Eis a pitoresca história que originou o primeiro nome e, de certa forma, a identidade da localidade e de seus moradores.

Anteriormente, mencionamos que, nos seus primórdios, o município de Palmeira das Missões apresentava dimensões gigantescas. No tempo em que se deu início a colonização do Alto Uruguai, tal município ainda não havia diminuído sua extensão. Sua área territorial equivalia à de quinze municípios atuais. Frederico correspondia, então, à “Colônia Guarita”, imenso tapete de selvagens matarias, lançado sobre vales e serranias entremeadas de rumorejantes rios. Em fevereiro de 1918 foi criado o distrito de Fortaleza. Tinha como divisas os rios Uruguai, Várzea, Braga, Fortaleza e Guarita. A medição realizada na época pela Inspetoria de terras de Palmeira dividiu-o em oito seções, às quais se fez referência nas escrituras de terra até o início dos anos 70. A esse distrito pertencemos até maio de 1928, quando foi criado o distrito de Barril. (BATTISTELLA, 1969, p. 12).

A colonização do município de Frederico processou-se de modo efetivo e legal com a vinda dos primeiros colonos descendente de europeus e asiáticos. Especialmente representantes das etnias Italiana, Alemã e Polonesa. Vieram também luso-brasileiros e, em menor número, russos, irlandeses

---

<sup>4</sup> BATTISTELLA, Vitor. **Painéis do Passado**: 60 quadros de literatura amena. Frederico Westphalen: Gráfica Marin, 1969, p. 19.

e libaneses entre outros. Os principais municípios de origem destes descendentes são: 1) descendentes italianos: Guaporé, Alfredo Chaves, Bento Gonçalves, Júlio de Castilhos, Mariana Pimentel, Garibaldi e Antônio Prado; 2) descendentes luso-brasileiros: Campo Novo, Soledade, Lagoa Vermelha, Cruz Alta, Santa Bárbara, Encantado, Vacaria, Palmeira, Montenegro, Ijuí; 3) descendentes poloneses e alemães: Ijuí, Mariana Pimentel, Erechim.

Antes da chegada dos referidos migrantes – descendentes de imigrantes europeus – e durante a maciça ocupação desse território por eles, habitavam na região pequeno número de ‘caboclos’, esparsamente alocados. Contudo, devido à diferenciação que havia na época entre imigrantes e ‘caboclo’ (o camponês brasileiro) decorrente da concepção de que o imigrante europeu, em especial, é mais trabalhador, adepto do progresso e ordeiro, enquanto o ‘caboclo’ é mais tradicionalista, retardatário do progresso e desordeiro, perpetrou-se nessas terras um processo de colonização fundamentado na ideia de ocupação/desocupação<sup>5</sup>. O imigrante europeu e seus descendentes representavam o colono, o colonizador oficial para o Estado – por conseguinte, para a Comissão de Terras e Colonização –, e o caboclo o “intruso”, o desordeiro retardatário do progresso e, por consequência, também o que, inevitavelmente, se tornou proletário (ZARH, 1997, p. 12-33).

Para correta interpretação do contexto desta época necessitamos conferir atenção e abordar os fatores locais e, simultaneamente, as circunstâncias estruturais vivenciadas pelo estado, devido às determinações que se processam através deste contato recíproco. Tendo em vista tal viés de análise, precisamos considerar que a organização do Estado era centralizadora, sendo o controle do poder exercido através de práticas autoritárias e ações paternalistas. As tramitações de terra, por exemplo, não se constituíam em simples procedimentos de compra e venda, mas implícita estava a concepção de um Estado paterno, visto que os indivíduos solicitavam a concessão do estado e deste esperavam a obtenção do benefício.

Partindo destas informações, podemos perceber que o Estado estava organizado para interferir nos municípios através de corpos provisórios orientados e armados, e também através da imposição de interventores. Nesse período, verifica-se a presença também de larga prática do clientelismo, o qual se fundamentou numa relação formal na qual o cliente, em troca de proteção, dedicava ao indivíduo de posição mais elevada lealdade e trabalho (JACOMELLI, 2004, p.47-51).

Neste processo de colonização existiram também inúmeras divergências políticas entre mandatários e pessoas que detinham o poder no Estado. Durante o governo de Borges de Medeiros a oposição ao governo estadual era executada por Assis Brasil, o qual buscava desenvolver ações

---

<sup>5</sup> De modo direto, tal processo significou o desalojamento de uns para a alocação de outros. Ou seja, desalojar o ‘caboclo’ para alocar o imigrante europeu, haja vista que “[...] para os ideólogos positivistas da época, no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, o binômio imigrante – **pequena propriedade** constituiu-se no ponto-chave de seus programas. Tal ideologia, [...], afasta pequenos posseiros, agregados, etc. da pequena propriedade, considerando que não representam um papel relevante na vida do estado, nem do país.” (RUCKERT, 1997, p. 112).

descentralizadoras ao poder do governo, que mantinha suas ações pautadas no intervencionismo e centralização do poder. Entre outros fatores, tais divergências conduziram a revolução de 1923, que estagnou quase que por completo a colonização do município de Palmeira das Missões devido aos sangrentos conflitos entre partidários do governo e opositores ao governo.

Isto posto, retomemos a colonização do povoado de Barril. De acordo com Battistella (1969), a estrada construída entre Palmeira e águas do Mel somente chegou à sede atual de Frederico Westphalen em 1919. Contudo, Ferigollo (2004, p. 78) pontua que, o primeiro lote de terras foi concedido ainda um ano antes, “no dia 1º de janeiro de 1918 Estefaneo Cadore teve a concessão do lote número um (01) da Segunda secção Fortaleza [...]”. Fazemos menção a tal situação apenas para demonstrar que há muita divergência entre os historiadores locais que tratam esta época sobre os primeiros povoadores.

Enfim, como expressamos anteriormente, os pioneiros vieram de diferentes municípios, especialmente despertados pela fama das águas medicinais do Mel, atraídos pela notícia da riqueza das terras, da abundância de madeira de lei, da quantidade incrível de animais de caça. Segundo Battistella (1969, p. 23), eles vieram “iludidos de encontrar aqui o El dourado que lhes iria dar nova vida e próspero futuro, acossados, talvez, muito pela necessidade e pela pobreza”.

A história registra como pioneiros da localidade de Barril os seguintes vanguardeiros: 1895 ou 1900 - Domingos Meirelles; 1905 - Francisco Martins; 1916 - Pedro Alves dos Santos, Pedro Leopoldino e Pedro Vargas; 1917 - Otacílio Moreira, João do Prado, José Borges e João Antônio Borges; 1918 - José Grassi de Júlio de Castilhos; João “Poceiro”, de Cruz Alta; Domindos Balen, Francisco e João Ganzer, Adão e Carlos Norloff, de Ijuí. 1919 - Máximo Ambrosi, Rodolfo Bazzanela, Luiz Braz Milani, Antônio Milani, Arthur Milani, André e Aníbal Bertoletti, José Filippi e José Ponsoni, todos de Bento Gonçalves; Natal Francescato e Ângelo Bergamaschi, de Alfredo Chaves; José Vanelli, João Piton e José Romitti, de Guaporé; Constante Schatkóski, de Marina Pimentel. 1920 - Francisco João e Pedro Wiochorek, de Erechim; Rodolfo Barbieri, de Colorado; Antônio Boani, de Antônio Prado; Ermenegildo Fiametti, de Guaporé; João Busatto, de Júlio de Castilhos. 1921 - Adão Wiroski, Antônio Kubicheski e João Schatkóski, de Mariana Pimentel; Pedro Primo Sanvido, de Nova Bassano; João Francescato, Abel e Vicente Trombeta, de Antônio Prado; Anibal Orlando, Otávio Francescato, de Alfredo Chaves; João e Paulo Trevisol, de Guaporé; João Gatiboni, de Jaguari, Carlos Stocco, Narciso e Júlio Milani, da Itália. 1922 - Ângelo Francescato (avô), com seus 13 filhos de Alfredo Chaves; Romano Motta, Italiano, de Palmeira; Emílio Ioham, de Monte Negro; Cassiano Simonetti, de Santa Bárbara; Arthur Grassi, de Júlio de Castilhos (BATTISTELLA, 1969, p. 22).

Esses colonos, em sua grande maioria, não gozavam de vastos recursos materiais, possuíam apenas o mínimo necessário à produção de sua subsistência. Entre eles havia carpinteiros, pedreiros,

marceneiros, mas os setores de maior concentração de trabalhadores eram a agricultura, desenvolvida em pequenas propriedades, e o pequeno comércio. Especialmente estas duas últimas atividades foram as gestoras responsáveis pelo desenvolvimento e progresso local até meados de 1943, ano da criação do Frigorífico Damo S/A, grande alavanca na economia do distrito e também do município.

Uma característica marcante que também se destaca nestes pioneiros era sua devoção à religião católica, haja vista que advinham de localidades onde havia paróquias extremamente fervorosas. Por conseguinte, quando aqui chegaram, não descuraram de preservar este patrimônio herdado de seus antepassados. Em decorrência de tal fato, logo se impôs a preocupação em se estabelecer um ponto para se reunirem e praticarem seus exercícios de piedade cristã: “Ainda em 1919 reuniam-se num desbocado, onde, sobre o corte de um tronco de grápia, colocavam a estatueta de Santo Antônio e uma vela. Aí, em comunidade, dominicalmente, faziam suas pias rezas” (SPONCHIADO, 1989, p. 27). Mais adiante, em 1921, improvisaram modesto oratório dedicado a Santo Antônio e apenas em 1924 construíram a primeira capela. Em sua quase totalidade, salvo alguns casos extraordinários, podemos perceber ao visualizarmos sua mobilização em torno de criar um lugar de culto, que as atividades labutais desenvolvidas naquela comunidade eram pautadas pelo respeito inquestionável aos princípios religiosos disseminados pela religião católica de então.

E assim, de forma simples e lenta, foi se dando a formação do povoado de Barril, o qual teve sua emancipação em 15 de dezembro de 1954, e passando a ser chamado de Frederico Westphalen, sendo que o município foi oficializado em 28 de fevereiro de 1955, com o governo Estadual de Ernesto Dornelles.

## **2.2 A política e o poder local de Frederico Westphalen**

A realização de estudos sobre o poder local se faz mais que necessário para o estudo e, principalmente, a compreensão da ação política de determinado local de que se pretende estudar.

Desta forma, para analisarmos os estudos relevante quanto à política local do município de Frederico Westphalen, se faz necessário pontuarmos como a população se desenvolveu, ou seja, paulatinamente, fazendo com que também a vida política assim se desenvolvesse.

A vida política do município deu-se inicialmente com a criação do distrito de Frederico Westphalen, sendo este criado em 1928, permanecendo por 27 anos incorporado ao município de Palmeira das Missões. O intendente coronel Valzumiro Dutra<sup>6</sup> era o responsável, ou melhor, o chefe

---

<sup>6</sup> Sobre Valzumiro Dutra, escreve Battistella (1969, p. 110): “Quando Valzumiro Dutra morreu lembro-me bem que a imprensa, ocupando-se dele, afirmou ter desaparecido o último representante do caudilhismo. Eram tempos em que o

do governo do município de Palmeira na época da criação do distrito, o qual recebeu o nome de Frederico Westphalen em homenagem ao Engenheiro, chefe da Comissão de Terras e Colonização, pelos serviços prestados à comunidade de Barril.

A partir da criação do referido distrito, houve também a criação do cargo de subintendente ou subprefeito distrital, o qual possuía a função de administrar o distrito em nome do poder municipal e zelar pela manutenção da ordem pública.

Para isso estavam geralmente investidos também das funções de subdelegados de polícia. A cobrança dos impostos era uma das atribuições próprias da autoridade distrital que os carregava para os cofres municipais. O emprego desses dinheiros em favor do distrito dependia, é claro, de autorização ou de ordem do intendente<sup>7</sup>, mas também, e muito, da intervenção oportuna e enérgica do subintendente, diretamente responsável pelo atendimento dos problemas distritais. A omissão, portanto, importava em culpa quer de um quer de outro (BATTISTELLA, 1969, p. 109).

O referido cargo de subintendente, que, simultaneamente, possuía e exercia as funções de subprefeito distrital e subdelegado de polícia, foi sucessivamente ocupado por: Coronel Vercidino Camargo, 1928-1930; Capitão Altino de Camargo, 1931-1932; Sabino dos Santos, 1932; Tenente João Antônio Borges, 1933; Tenente Olavo Falcão, 1933-1934; Tenente João Muniz Reis, 1934-1945; José Viana, 1945; Major Fioravante Signoretti, 1946; Pedro Teston, 1946-1948; Jeová Farias, 1948; Altamiro Muniz Reis, 1949-1951; Celso Barreto Franzen, 1951; Carlos Lütz Farias, 1952-1953; Celso Barreto Franzen, 1954-1955. Segundo Battistella (1969, p. 111), “[...] todos eles, um por um, souberam manter, salvo raros e pequenos incidentes, conduta equilibrada e correta.”

Por outro lado, é nosso dever enquanto pesquisadores e analistas da história compreender que “À sombra do caudilho sentiam-se prestigiados e fortes, especialmente na anormalidade, também os seus subalternos, toda essa estranha escala militar, derivação lógica da constituição dos corpos provisórios.” (BATTISTELLA, 1969, p. 111).

Para entender os vestígios da influência dessa hierarquia militar em Frederico Westphalen basta analisarmos o nome de muitas de suas atuais ruas, as quais carregam como homenagem o

---

caudilho, geralmente coronel, era caudilho na guerra e na paz. Sua vontade era lei, e ai de quem tentasse opor-se-lhe.” Descendente da elite colonial crioula, o caudilho usou de seu poder econômico para o alcance das instituições políticas e, conseqüentemente, de seus interesses pessoais. O desrespeito e o abuso às instituições o permitiam até mesmo criar milícias que não reconheciam nenhum poder colocado acima de sua ganância. Dono de terras, ainda tinha o apoio – espontâneo ou coagido – de uma população desprovida de meios para sublevar-se contra o desmando e a opressão do caudilho. O município de Palmeira das Missões bem como seus distritos, inclusive o distrito de Barril, até sua emancipação política foi um dos espaços incontestes onde o caudilhismo se manifestou e atuou de modo a influenciar sua organização e estruturação política, econômica e administrativa passada e, em parte, presente, por sermos herdeiros deste torrão.

<sup>7</sup> O intendente era um dos **interventores**. Interventor é a pessoa indicada por autoridade competente para administração de instituições de direito público em regime de exceção, a qual o Estado, impositivamente, designava para justamente intervir, de acordo com sua conveniência, na administração pública. Como dissemos, o intendente de Palmeira das Missões era o coronel Valzumiro Dutra.

nome de algum cabo, tenente ou coronel, dentre elas a Rua Cabo Rocha, Rua Tenente Fagundes, Rua Tenente Lira, Rua Coronel Aparício Borges, Rua Tenente Portela, entre outras.

Por conseguinte, devemos levar em conta que os colonos descendentes de imigrantes europeus que para cá migraram viveram na própria pele a conjuntura sociopolítica e econômica disseminada e imposta pelo estado de então, especialmente através de seus órgãos de controle. E, por consequência, certamente foram influenciados pelo mesmo e muitas de suas decisões foram pautadas a partir da concepção que tinham dele.

Nesse contexto, deve ser feita também uma ressalva acerca da vinda de colonos nessa mesma época para localidades vizinhas à sede do atual município de Frederico Westphalen, a saber, Taquaruçú, Vila Mussolini (hoje Osvaldo Cruz), São José, Vista Alegre, São Paulo (uma das linhas atuais do município de Vista Alegre), Pardo (atual linha ponte do Pardo pertencente ao município de Frederico Westphalen) e Vilha (uma das vilas do atual município de Frederico Westphalen). Igualmente, salientamos que a ausência de muitos nomes na lista supracitada dos colonos vanguardeiros deve-se ao reduzido espaço do qual dispomos neste trabalho, bem como a necessidade que temos de não nos desvirarmos do objetivo deste estudo.

Como aludimos anteriormente, a religiosidade, desde os primórdios de Barril, constituiu característica marcante de sua população. Segundo Rizzatti (1996), a principal religião dos colonizadores de então era a Católica. Tendo em vista tal fato, verificamos que, após a construção em 1924 da primeira capela em homenagem a Santo Antônio e sua realocação em 1928 para o local da atual Catedral, os moradores da comunidade barrilense sentiram a necessidade de ter um padre que pudesse lhes atender sem precisar deslocar-se da sede do município de Palmeira ou do município vizinho de Nonoai. Neste intento, após a apresentação de tal necessidade feita por uma comissão organizada pela comunidade ao bispado da diocese de Santa Maria – à qual o distrito pertencia na ocasião –, o bispo D. Antônio Reis lhes enviou em 13 de março de 1932 o Pe. Vitor Battistella<sup>8</sup> em caráter de coadjutor do sacerdote responsável pela paróquia de Palmeira das Missões.

Não demorou muito para surgir a primeira paróquia do distrito. Após rápida visita de D. Antônio Reis ao distrito em janeiro de 1933 e constatado que havia possibilidade de criação de paróquia, no dia 8 do referido mês e ano foi criada a paróquia de Barril.

Entretanto, nem tudo poderia ser comemorado com tal feito, pois havia também graves problemas de infraestrutura na vila. Conforme atesta Ferigollo (2004, p. 39) “O aspecto urbano da vila era desolador. Faltavam serviços mais elementares, tais como sargeteamento, terraplenagem

---

<sup>8</sup> Natural do município de Tapera, RS. Foi vigário cooperador de São Sepé por um ano e de Ivorá durante um mês. Nasceu em 13 de janeiro de 1905 e faleceu no município de Santa Maria, RS, devido à taquicardia em 17 de maio de 1973. Seu corpo está enterrado na catedral Santo Antônio de Frederico Westphalen.

das ruas, esgoto pluvial e principalmente calçamentos e praças. Não havendo interesse público em investimentos, dificilmente a iniciativa particular teria estímulo de mudar, melhorar, acreditar para morar.” A realidade social da comunidade da época inspirava, nesse sentido, muitos cuidados.

Por outro lado, precisamos ressaltar, sobretudo nas primeiras décadas, que a vida sociocultural caracterizava-se pela reunião familiar e comunitária. Em virtude da ausência de atrações tecnológicas, bem como graças às dificuldades de obtenção de material impresso – aliadas ao quase completo analfabetismo reinante entre os precursores, as pessoas reuniam-se nas horas de lazer, quer em âmbito familiar – o significativo número de filhos contribuía para as reuniões comunitárias e familiares.

Rizzatti (1996) salienta ainda que

As populações rurais eram, via de regra, pacíficas e ordeiras. Havia, evidentemente, as exceções, constituídas não raro pelos estremecimentos provocados, de época em época, pelas lutas eleitorais, que feriam profundamente a paz social. O povo simples da roça não se envolvia como fazia o povo da sede. As lutas de classes não se evidenciavam, sobretudo nas primeiras décadas do século. Todos trabalhavam, em recíproca dependência. Não havia exaltações por questões religiosas, uma vez que a maioria da população era católica. (RIZZATTI, 1996, p. 209).

Talvez a pessoa que mais tenha influenciado os primeiros 40 anos da história local do município de Frederico Westphalen tenha sido o Mons. Vitor Battistella, devido ao impacto e influência de suas iniciativas e obras nas mais diferentes áreas. Foi responsável pela elaboração e legitimação da proposta de criação da paróquia Santo Antônio (1933); responsável pela introdução da primeira linha telefônica que ligava Palmeira a Frederico Westphalen, em 1940; responsável pela proposta bem como pela presidência da comissão que executou a construção do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora em 1946; principal responsável pela elaboração do estatuto bem como pela presidência da diretoria da Sociedade Beneficente do Hospital de Caridade, em 1947; Criação do pré-seminário N. Senhora Medianeira, em 1948; responsável pela elaboração tanto da proposta da entidade como do estatuto da União dos Agricultores e Criadores (UNAC) em 1951; fundador da rádio diocesana Luz e Alegria, em 1957; responsável pela proposta e também pela execução da construção da nova igreja matriz de Santo Antônio (hoje Catedral de Santo Antônio), entre os anos 1951-1960; mentor da proposta de organização da Diocese de Frederico Westphalen, em 1961. Foi um dos poucos homens de então que conseguiu captar as necessidades da comunidade e agir no sentido de solucioná-las.

O referido sacerdote era um líder comunitário enérgico (tanto que beirava ao caudilhismo) que gozava de ampla aceitação social. Excelente orador e redator. Sempre por dentro dos problemas que diziam respeito a sua população, não perdia oportunidade de tecer críticas bem como de ser a

voz de comando. Por conta disso, era visto por alguns como uma “pedra no sapato”. Ele era um dos tripés dos poderes tradicionais da sociedade da época.

‘Triunvirato’ era o termo usado por Pe. Vitor Battistella para designar o grupo formado por ele, João Muniz Reis e Vergínio Cerutti, em Barril. A este ‘Triunvirato’, dizia o padre, deve-se a ‘solução certa dos interesses gerais de nossa colônia’. Numa análise sociológica, vemos no ‘Triunvirato’ o tripé dos poderes tradicionais da sociedade: o Padre, o Subdelegado (ou Subprefeito) e o mais forte comerciante. Cada um, no seu espaço específico, exerce influência. Nos primeiros anos o Triunvirato estava unido politicamente sob a bandeira do Partido Social Democrático (PDS) – partido da situação. Formavam a ‘Frente Única Barrilense’. Isto explica as sistemáticas vitórias do situacionismo político registrado nos primórdios. A polarização de forças sustentava um determinismo posicionista. Aos três membros do Triunvirato interessava estar com o partido da situação. Porém por volta de 1947 o Triunvirato se rompeu. Vergínio Cerutti, ‘desgostoso da administração de Palmeira, ostensivamente passou a militar sob o estandarte do PTB.’ (SPONCHIADO, 1989, p. 82).

Tendo presente estas observações, evidencia-se que a ligação era muito forte entre representantes da sociedade civil legalmente constituída e as lideranças da igreja católica. E, não apenas isso, suas deliberações estavam praticamente em pé de igualdade. Eram interdependentes. João Muniz Reis foi durante 11 anos (1934-1945) subprefeito e subdelegado de Frederico Westphalen antes de tornar-se o primeiro prefeito (1955-1959). E o foi não apenas pelo reconhecimento popular de suas capacidades laborativas em favor do bem público, mas também por saber respeitar a voz do Mons. Vitor Battistella e ouvir seus pedidos.

Trata-se de tarefa demasiado ariscada, justamente porque podemos incorrer em erro por omissão, recordar apenas alguns poucos personagens da história municipal. Entretanto, devido aos nossos objetivos, a estrutura de organização de nossa proposta optou ainda assim por tal abordagem.

Antes de qualquer outra atividade convém rememorar alguns dos marcos que representaram o “progresso<sup>9</sup>” do distrito, para além das mencionadas obras sob responsabilidade e autoria do Mons. Vitor, embora estas também estejam impregnadas de sua influência. Em 1934 foi instalado o antigo Grupo Escolar, em prédio de madeira, amplo e confortável, seguindo-se sucessivamente outros empreendimentos, como rede de força e luz elétrica, Inspetoria de Terras, Correios e Telégrafos, Cooperativa Vitória de Consumo, Cooperativa Brasil, Cooperativa de Produtos Suínos, esta última transformada mais tarde, em 1943, em Frigorífico Santo Antônio.

Tendo por referência tais progressos, depois de muita discussão a respeito na comunidade, surge, enfim, o processo emancipatório. A ideia já existia no território há vários anos, desde quando foi definitivamente encetado o processo de emancipação, fato que eclodiu no segundo semestre de

---

<sup>9</sup> A palavra foi posta entre aspas apenas para sinalizar que nem todo progresso é positivo e sem entraves ou consequências prejudiciais para a população que o vivencia.

1953. De acordo com Ferigollo (2004, p. 234-235), o movimento emancipacionista teve início em 1950 através de uma reunião convocada pelo Padre Vítor Battistella. Já no ano de 1953, no dia 23 de agosto, nas dependências do Clube Recreativo e Cultural Harmonia, uma assembleia foi realizada, fortalecendo o movimento emancipacionista do Distrito.

Contudo, nessa época, a criação de novas comunas era fato raro e era visto como um ato de rebeldia. Algumas medidas adotadas por Josiano de Assis, prefeito de Palmeira, a fim de impedir a emancipação de Frederico Westphalen, levadas a efeito no início do movimento da comissão de emancipação, merecem destaque: ameaça de dissolução dos distritos de Palmeira das Missões, bem como de transferir a sede do município para o distrito de Frederico Westphalen, decisão da Câmara de Vereadores.

Mas os tempos estavam amadurecidos para Barril. De acordo com Mary (1996, p. 61), “As condições que constituíam requisitos para a emancipação eram: população mínima de doze mil habitantes; receita tributária suficiente para manutenção dos serviços; prévia anuência da maioria da população a ser emancipada, através de plebiscito, entre outros”.

Tendo em vista tais requisitos e visando comprovar a adequação de seu território a estas condições, bem como organizar toda a documentação necessária para encaminhamento do processo de emancipação propriamente dito, formou-se a comissão emancipadora.

Foi instalada em 23 de agosto de 1953, no salão da UNAC, na Vila de Frederico Westphalen, município de Palmeira das Missões. Na ocasião, reuniram-se lideranças do município, a fim de eleger os membros que comporiam a referida comissão bem como proceder à instalação oficial da mesma. Fizeram-se presentes a esta reunião os cidadãos: Ênnio Flôres de Andrade, Vitor Battistella, Alcides Cerutti, Augusto Tagliapietra e João Muniz Reis, Nelson Pigatto, Arisoly Martelet, Alfredo Haubert e Lindo Ângelo Cerutti. Esses Elementos elegeram a diretoria da comissão, que ficou assim constituída: Presidente – Ênnio Flôres de Andrade; Secretário: Alcides Cerutti; Secretário: Alcides Cerutti; Tesoureiro: Augusto Tagliapietra; Membros: João Muniz Reis, Nelso Pigatto, Lindo Angelo Cerutti, Alfredo Haubert e Vergínio Cerutti. (MARY, 1996, p. 61-62).

Organizada e encaminha toda a documentação exigida por lei aos órgãos competentes do Estado, em 1º de setembro de 1953, foi aprovada a Lei 2.116, que trata da criação de vinte novos municípios no Estado do Rio Grande do Sul<sup>10</sup>, entre eles: Frederico Westphalen, Gramado, Esteio, Espumoso, Nova Petrópolis, Ibirubá, Marau e Não Me Toque. Em dezembro de 1954 o Supremo Tribunal Federal auferiu a Emancipação de Frederico Westphalen. Após este ato, até o prefeito Josiano de Assis precisou mudar o discurso e desejar sucesso ao novo município que se iniciava.

Após a emancipação surgiu a necessidade de realização de pleito eleitoral para composição do poder executivo e legislativo municipal. Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de

---

<sup>10</sup> FERIGOLLO, 2004, p. 239.

1955 tomaram posse como prefeito o Tenente João Muniz Reis e o vice-prefeito Dr. Ênnio Flôres de Andrade, ambos representando o PSD (Partido Social Democrático). Tomaram posse como vereadores: Érico Domingos Simoni – PSD; Modesto José dos Reis – PSD; Estanislau Gadonski-PSD; Lindo Ângelo Cerutti – PTB; José Rubin – PRP; Alcides Cerutti – PTB; Fermino Nunes Pinheiro – PTB; e Severino Araujo Sponchiado – PL; Lino José Polesso, PRP.

Tomando por exemplo simbólico a atuação na comunidade do “Triunvirato” supracitado, podemos afirmar que, antes da emancipação municipal, já havia no seio da comunidade frederiquense prática muito intensa de política partidária. Com a emancipação, esta questão apenas tornou-se mais evidente e ainda mais intensa. As disputas eleitorais assumiram, assim, caráter pessoal, famílias começaram a desentender-se e tornaram-se inimigas. Tendo por objetivo principal o alcance do poder de governo do município, os partidos de então não mediam esforços para alcançá-lo, usando frequentemente práticas ilícitas, como compra de votos e coerção física. Práticas estas que, como legado histórico, estão vivas e ainda são perpetradas sem escusas em nossos dias.

Apresentamos na Tabela 1 os nomes dos prefeitos, bem como partido que representavam e o período em que governaram o município de Frederico Westphalen:

**Tabela 1 – Prefeitos de Frederico Westphalen**

<b>NOME</b>	<b>PARTIDO</b>	<b>Início do mandato</b>	<b>Fim do mandato</b>
Arisoly Martellet	<u>PL</u>	1956	1959
Nerone Campo	<u>ARENA</u>	1960	1963
Lindo Ângelo Cerutti	<u>MDB</u>	1973	1976
Oswaldo Cerezer	<u>MDB</u>	1977	1982
Deoclides Vendruscolo	<u>PMDB</u>	1983	1988
Edemar Girardi	<u>PDS</u>	1989	1992
Deoclides Vendruscolo	<u>PMDB</u>	1993	1996
Orlando Girardi	<u>PPB</u>	1997	2004
Luiz Carlos Stefanello	<u>PP</u>	2005	2008
José Alberto Panosso	<u>PMDB</u>	2009	2012
Roberto Felin Jr.	<u>PP</u>	2013	2016

Fonte: Elaborada pela autora.

Evidentemente, as diferentes administrações municipais contribuíram de maneira direta e ativa para a organização e desenvolvimento da estrutura socioeconômica e cultural do município. Cada uma com suas características particulares, problemas, êxitos e deméritos protagonizou ações que corroboram a conjuntura política, sociocultural e econômica que vivenciamos.

### 2.3 Determinantes Socioeconômicos de Frederico Westphalen

Na década de 1940 se instalou no distrito de Frederico Westphalen o Frigorífico Santo Antônio, uma empresa que exerceu grande influência na sua estrutura econômica, e mais tarde também na estrutura econômica municipal. Nesta época, compunham o referido distrito os atuais municípios vizinhos de Caiçara, Vicente Dutra, Taquaruçu do Sul, Vista Alegre e Palmitinho. Tanto na sede do distrito como nas localidades do seu interior, o que sustentava e impulsionava a economia local até então era a produção agrícola, a qual era voltada para a subsistência. Assim, se os agricultores tivessem uma produção satisfatória, o comércio, ou as casas de comércio, tinham negócio garantido e lucravam; por outro lado, se os agricultores tivessem uma produção insuficiente, tanto eles quanto os comerciantes amargavam no prejuízo. O Frigorífico, especialmente na sede do distrito onde se localizava, surgiu como uma alternativa de negócio que dinamizou, dentro de seus limites estruturais, tal sistema econômico.

Sobre o Frigorífico, escreve Battistella (1969):

Por volta de 1941, Vergínio Cerutti, com a cooperação de João Reis e outros, percebendo a importância da indústria da banha, e desejando incrementar o interesse da colônia pela suinocultura, promoveu a fundação de uma cooperativa de banha e produtos suínos. Valendo-se do seu prestígio, conseguiu reunir os elementos indispensáveis para enfrentar o problema. Mas, após o sucesso inicial, o empreendimento teve de ficar paralisado por falta de meios, ressurgindo em 1943, quando elementos de Porto Alegre, Como Tranquilo Damo, José Zamprognna e José Zambenedeti, propuseram e foi aceito transformar a cooperativa em frigorífico Santo Antônio Ltda., transferindo para cá o maquinário de uma indústria da Linha 11 de Guaporé. [...] em 1961 sofreu nova alteração social, passando a girar sob a denominação atual de Frigorífico Damo S/A. (BATTISTELLA, 1969, p. 171-172).

A consequência que logo se verificou no distrito com a implantação de uma empresa de maior porte como o Frigorífico Santo Antônio foi à dinamização de sua estrutura econômica, dado que o mesmo fomentou a produção de suínos por parte dos agricultores que passaram a ter uma garantia de demanda para comercialização, bem como criou mais de mil novos empregos diretos e indiretos. O foco do frigorífico era, essencialmente, produzir para a exportação. Dentro dessa nova lógica, tanto suinocultores e trabalhadores do frigorífico, bem como os comerciantes, passaram a ter contato mais direto com dinheiro, o que abriu novas possibilidades de investimentos. A partir daí, o distrito passou a ser visto com outros olhos, tanto pelos líderes da sede do município de Palmeira das Missões, como pela própria população do interior do distrito, que tinha na sua sede o ponto de referência para as mais variadas transações financeiras.

Esta empresa, que não foi a única a existir no período, mas apenas a mais expressiva, exerceu grande influência na economia do município durante os seus mais de 40 anos de existência.

Ela representou um dos principais “progressos” responsável pela viabilização da emancipação, bem como, pelo desenvolvimento e manutenção do sistema econômico frederiquense. Contudo, em sua história, passou também por períodos conturbados, ocasiões as quais prejudicaram a economia local. De acordo com Ferigollo (2004),

Por longos anos Damo S.A. liderou o abate de suínos no Estado, [...] O desenvolvimento regional certamente passou pelas indústrias do Damo, que em 1989 passou o controle acionário para a SADIA, mantendo o parque industrial até novembro de 1996. Em novembro de 1996 a comunidade recebeu a informação que no dia 20.12.96 a empresa fecharia suas portas. A cidade foi surpreendida, entrando em colapso, tal era a dependência de todos com a indústria. Desnecessário afirmar que as lideranças estiveram ao longo dos anos buscando saídas, esbarrando em algo impossível de ser vendido. Graças à tenacidade de algumas pessoas e a união de pensamento positivo, em agosto de 2001 a notícia espalhou-se tal rastilho de pólvora, o frigorífico voltará a funcionar. A reabertura do antigo Frigorífico, em 18/10/2001, teve a participação de um grupo de empresários de Frederico Westphalen e Chapecó/SC, surgindo o Frigorífico Mabella Ltda. (FERIGOLLO, 2004, p. 129).

A ação do Frigorífico Damo S.A. certamente foi imprescindível na estruturação e manutenção da economia do município, contudo, não podemos exagerar a ponto de afirmarmos que não existia nada além dele. Outras atividades profissionais construíram a história da economia frederiquense, embora nem sempre lembradas pela história oficial. Havia também profissionais liberais, tais como alfaiates, agrimensores, açougueiros, barbeiros, carreteiros e trilhadores, carpinteiros e marceneiros, serralheiros, dentistas, médicos, farmacêuticos, ferreiros, funileiros e mecânicos, fotógrafos, guarda-livros, produtores de água ardente, garimpeiros, motoristas, parteiras, sapateiros, seleiros, padeiros e outros, assim como pequenos empreendedores comerciais, donos de moinho, donos de curtume, donos de bar, donos de pensões e lazer, donos de empórios, hotéis, lojas de tecidos, materiais de construção, serrarias etc.

Os bancos e as diversas instituições de crédito não foram menos importantes neste contexto. Pelo contrário, serviram como alavanca para a economia municipal através de seus diferentes programas de acesso ao crédito e incentivo aos novos empreendimentos. Os bancos foram os agentes financiadores da economia frederiquense.

A primeira agência bancária do município, trazida por Virginio Cerutti em 1940, era de capital alemão: Banco Pheiffer S/A. O serviço era uma franquia, usando-se o nome do Banco para recebimentos, depósitos e pagamentos, e Vergínio Cerutti & Irmãos forneciam os recibos.

Em 1 de outubro de 1948 surgiu nova instituição bancária para substituir o Banco Pheiffer S/A, que foi absorvido pelo Banco Industrial e Comercial do Sul e fechou sua agência no município, Banco Agrícola Mercantil S/A. Em 1967 o Banco Agrícola Mercantil fundiu-se com o Banco Moreira Salles e o Banco Predial, criando assim a União de Bancos Brasileiros - Unibanco.

Com a constituição desse novo banco, a economia local foi aquecida devido as suas propostas inovadoras: “A Carteira Agrícola, Crédito Direto ao Consumidor, Capital de Giro, pessoa física e jurídica, financiamento de mão de obra e outros a famosa operação de notas promissórias injetava recursos desenvolvendo todos os setores.” (FERIGOLLO, 2004, p. 267). Durante a década de 1970 e os primeiros quatro anos da década seguinte, impulsionou o crescimento de toda a região através da aplicação de sua proposta de atividade.

O Unibanco fechou suas portas em 1984, abrindo espaço ao Banco Meridional que também abandonou a cidade em 2000 após o Banco Santander assumir o controle acionário do Meridional.

Outras instituições bancárias compuseram ainda esse contexto, como o Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul –, o qual abriu suas portas no município em 1962; a Caixa Econômica Federal, em 1963, sinônimo de poupança, desempenha um papel importante ao longo de seus 50 anos de estabelecimento no município; o Banco do Brasil, que se instalou no município em 1968; e, em 1983, o SICREDI Alto Uruguai e em 1985 o Bradesco também instalaram agência na comunidade.

Verificamos acima que a economia local foi dinamizada e enriquecida com o surgimento e desenvolvimento do Frigorífico, bem como através da ação financiadora dos bancos e da ação conjunta de diversas atividades profissionais no âmbito do município. Por conseguinte, podemos afirmar que a atual organização socioeconômica resulta do protagonismo operado por tais empreendimentos no passado.

Entretanto, salientamos que eles não foram os únicos responsáveis diretos por essa situação. A agricultura fez-se presente em toda a história frederiquense e, sem exagero, a grande maioria das atividades e empreendimentos referidos foi motivada por ela, por suas carências, necessidades e possibilidades de negócio. Tendo em vista tais considerações, concluímos que a economia de Frederico Westphalen tem sua origem e fundamento na conjugação dos diferentes elementos apresentados, bem como nas relações de interesse envolvidas nesse processo.

No capítulo seguinte, abordaremos as questões que envolvem a cultura política e os processos de tomada de decisões dos eleitores de Frederico Westphalen nos dias atuais. Desta forma buscar-se-á uma melhor compreensão do envolvimento dos eleitores no cenário da política local, bem como o que move as decisões destes eleitores.

## **CAPÍTULO III: COMPORTAMENTO ELEITORAL E A CULTURA POLÍTICA EM FREDERICO WESTPHALEN – A PESQUISA**

Este capítulo objetiva caracterizar os temas estruturais desta pesquisa, abordando o comportamento político e a influência da cultura política no processo de tomada de decisões no município de Frederico Westphalen buscando, desta forma, uma maior compreensão para os atuais acontecimentos na política local.

Para uma melhor compreensão da atual realidade da política do município, buscou-se anteriormente uma contextualização histórica municipal até a atualidade, e, após a realização da pesquisa estruturada, buscou-se a opinião dos eleitores para a obtenção de subsídios que pudessem avaliar as percepções sobre a política local, bem como o comportamento eleitoral destes e a influência de uma cultura política no processo político dos agentes eleitorais.

Neste capítulo, estaremos traçando o perfil sociodemográfico dos eleitores que participaram da pesquisa, bem como analisando a sua participação e seu interesse pela política, pontuando fatores determinantes na escolha política, tais como: partido político, influências no processo de tomada de decisões e a percepção dos eleitores quanto à democracia e a política do município de Frederico Westphalen, buscando, desta forma, informações que subsidiem o referido estudo.

Para a realização desta pesquisa, utilizamos o procedimento de pesquisa de *survey*. Segundo Baquero (2009), este tipo de pesquisa consiste num processo de saber como as pessoas pensam sobre determinados assuntos, aliado a técnicas sistemáticas específicas de análise: “Nesse sentido, tudo o que se pode dizer é que *surveys* estão preocupados com as características demográficas, o ambiente social, as atividades, ou as opiniões e atitudes de um grupo de pessoas.” (BAQUERO, 2009, p. 33). E, desta forma, buscaremos traçar o perfil eleitoral no município de Frederico Westphalen, analisando as ações dos eleitores e as influências que traçam a política local.

### **3.1 Perfil Sociodemográfico da Pesquisa**

Para traçarmos o perfil sociodemográfico do município de Frederico Westphalen, foi realizada no período de agosto de 2013 a fevereiro de 2014 uma pesquisa quantitativa do tipo *survey*, nos 17 bairros do município, com intuito de traçarmos o perfil do eleitor frederiquense, apontando os principais aspectos e fatores que determinam a política municipal. A pesquisa foi realizada com 50 eleitores, residentes na zona urbana do município, sendo estes 21 homens e 29 mulheres. O cálculo amostral corresponde a 95% de grau de confiança e 14% a margem de erro.

Conforme dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE (2010), o município de Frederico Westphalen conta atualmente com uma população de aproximadamente 28.843

habitantes, destes 23.436 são os eleitores registrados no município segundo o Tribunal Eleitoral Regional (2014), conforme exposto na Tabela 2:

**Tabela 2 – Distribuição populacional por sexo**

**Município de Frederico Westphalen**

	<b>IBGE/2010</b>	<b>TRE/2013</b>	<b>PESQUISA/2013-2014</b>
<b>Masculino</b>	14.128 (49%)	11.132 (47,5%)	21 (42%)
<b>Feminino</b>	14.715 (51%)	12.304 (52,5%)	29 (58%)
<b>Total</b>	28.843 (100%)	23.436 (100%)	50 (100%)

**Fontes:** IBGE (2010), TRE/RS (2014) e Pesquisa: Cultura Política e Comportamento Eleitoral no município de Frederico Westphalen/RS (período 2013 a 2014).

De acordo com os dados coletados, pode ser observado que, entre os moradores de Frederico Westphalen, não existe grande disparidade entre homens e mulheres, contando com um número quase igualitário na questão de gênero. Já a pesquisa de campo contou com um número maior de entrevistados do sexo feminino, sendo este número totalizado em 58% dos entrevistados, e do sexo masculino no total de 42% dos entrevistados.

A pesquisa buscou também analisar os níveis de escolarização da população estudada, para se avaliar o nível de interesse por política e decisão de voto está condicionada a escolarização do eleitor. No Brasil, os eleitores em sua maioria estão condicionados a uma baixa escolaridade, porém estudos indicam que os níveis de educação interferem significativamente na qualidade e na consciência política do eleitor. Assim, podemos salientar que os baixos índices educacionais dos eleitores atuam como desestimuladores da participação na política, uma vez que isso transforma no isolamento do indivíduo na vida pública.

Segundo dados do IBGE (2010), o município de Frederico Westphalen conta com uma população alfabetizada que alcança 25.595 habitantes, sendo um percentual de 88% de habitantes considerados alfabetizados. Na Tabela 3, é possível observar dados de índices dos eleitores alfabetizados, segundo o TSE/RS (2014).

**Tabela 3 – Escolarização Eleitor/TSE/RS – Município de Frederico Westphalen**

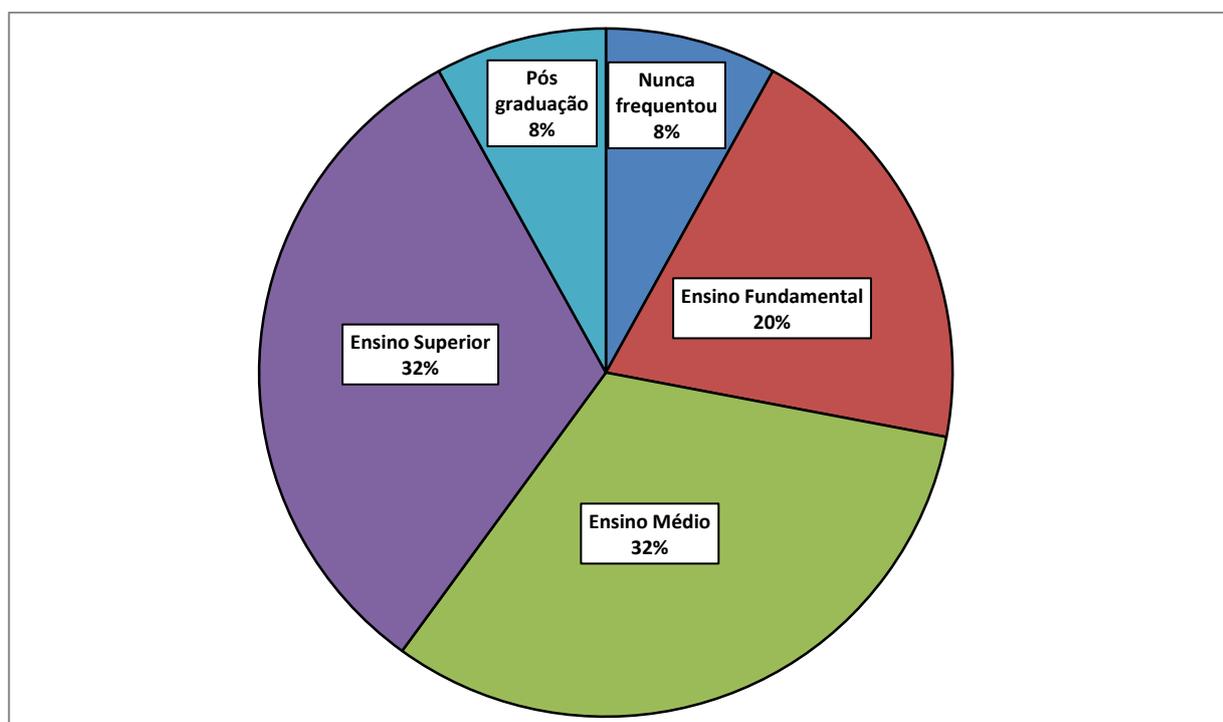
<b>Grau de Instrução</b>	<b>Qt</b>	<b>%</b>
NÃO INFORMADO	12	0,05
ANALFABETO	893	3,81
LÊ E ESCREVE	982	4,19
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	9.581	40,88
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	1.591	6,79
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	5.201	22,19
ENSINO MÉDIO COMPLETO	2.605	11,12

SUPERIOR INCOMPLETO	1.127	4,81
SUPERIOR COMPLETO	1.444	6,16
<b>Total</b>	<b>23.436</b>	<b>100,00</b>

Fonte: TSE/RS.

O que se pode salientar a partir destes dados é que o maior índice de eleitores, está entre os que frequentaram o ensino fundamental incompleto, chegando a 40% da população do município, índice este considerado baixo. Já a pesquisa realizada apontou que, dentre os entrevistados, 4 (8%) nunca frequentaram a escola, 10 (20%) frequentaram o ensino fundamental (completo e/ou incompleto), 16 (32%) frequentaram o ensino médio (completo e/ou incompleto), 16 (32%) cursaram o ensino superior (completo e/ou incompleto), e 4 (8%) cursaram pós-graduação, como mostra o Gráfico 1:

**Gráfico 1 – Nível de Escolarização da Amostra.**



Fonte: Pesquisa: Cultura Política e Comportamento Eleitoral no Município de Frederico Westphalen/RS, 2013/2014.

\*Nota: Total de entrevistados = 50 (I – Incompleto, C – Completo)

Conforme a pesquisa de campo, podemos considerar que 60% da população pesquisada possui baixa escolaridade, mas somente uma minoria 4 (8%) pessoas, nunca frequentaram a escola. O universo amostral possui 40% dos entrevistados com ensino superior e alguns desses (8%), com especializações.

Desta forma:

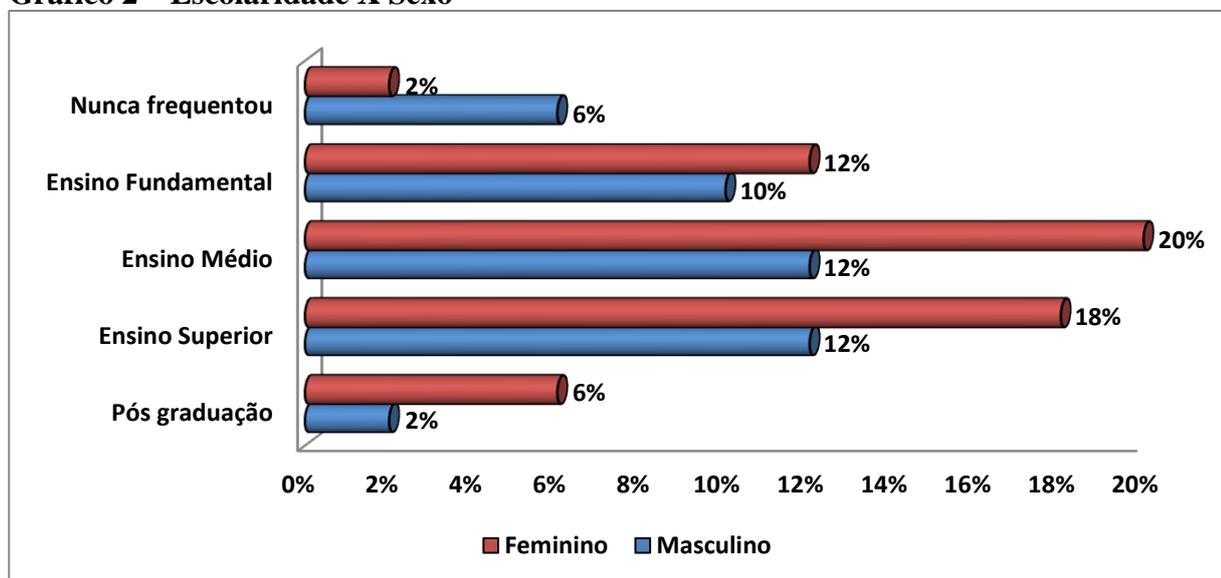
Embora questionável a qualidade do processo educativo formal, os estudos de cultura política constataam que o acesso a níveis mais altos de escolaridade influencia a forma como os eleitores percebem o sistema político, possibilitando ampliar o interesse e a participação política. (INGLEHART, 2002 apud AMORIM, 2007, p. 137).

Assim, podemos considerar nesta questão é que as características socioeconômicas dos eleitores são de elevada importância no processo político vigente, sendo que a centralidade e a sofisticação política são definidas por variáveis destes fatores socioeconômicos. Assim:

Fatores como escolaridade, renda familiar, idade, sexo e mesmo raça influem sobre a intenção de voto, não só porque fazem variar os graus de sofisticação política e de participação dos eleitores, como também podem estar diretamente relacionados com as escolhas eleitorais, principalmente quando os graus de sofisticação política e de participação são muito baixos. (CASTRO, 1994, p. 169).

Ou seja, podemos verificar que a atitude social dos cidadãos aqui incluindo seu comportamento político, depende de suas relações, crenças, valores e as experiências que cada um tem. Ao relacionarmos a questão da escolarização com a questão de gênero da pesquisa, podemos apontar que o maior índice de escolaridade, encontra-se no sexo feminino, conforme exposto no Gráfico 2.

**Gráfico 2 – Escolaridade X Sexo**



**Fonte:** Pesquisa: Cultura Política e Comportamento Eleitoral no Município de Frederico Westphalen/RS, 2013/2014.

\* Nota: Total de entrevistados = 50 (I – Incompleto, C – Completo)

Seguindo na análise de escolarização e gênero, comparamos a Tabela 4 com os eleitores de Frederico Westphalen, segundo dados do TSE/RS.

**Tabela 4 – Escolarização X Sexo – Município de Frederico Westphalen**

<b>Grau de Instrução</b>	<b>Homens</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>	<b>Subtotal</b>	<b>%</b>
NÃO INFORMADO	6	50,00	6	50,00	12	0,05
ANALFABETO	388	43,45	505	56,55	893	3,81
LÊ E ESCREVE	496	50,51	486	49,49	982	4,19
ENSINO FUN INC	4.869	50,82	4.712	49,18	9.581	40,88
ENSINO FUN COM	796	50,03	795	49,97	1.591	6,79
ENSINO MÉDIO INC	2.526	48,57	2.675	51,43	5.201	22,19
ENSINO MÉDIO COM	1.061	40,73	1.544	59,27	2.605	11,12
SUPERIOR INC	478	42,41	649	57,59	1.127	4,81
SUPERIOR COM	512	35,46	932	64,54	1.444	6,16
<b>Total</b>	<b>11.132</b>	<b>100,00</b>	<b>12.304</b>	<b>100,00</b>	<b>23.436</b>	<b>100,00</b>

Fonte: TSE/RS.

Conforme dados dos gráficos apresentados, podemos observar que, nos quesitos escolaridade e sexo, os dados nos revelam uma grande diferença, ou seja, a escolaridade do ensino superior entre homens e mulheres, sendo que os números apontam quase o dobro de mulheres com ensino superior completo do que homens. São 512 homens (35,46%) e 932 mulheres (64,54%). Em relação ao ensino superior incompleto, essa diferença diminui, mas as mulheres permanecem em maior quantidade. Os homens superam as mulheres quando a escolaridade é baixa, lê e escrever (50,51%), ensino fundamental incompleto (50,82%), ensino fundamental completo (50,03%). As mulheres superam os homens no analfabetismo (56,55%), e no ensino médio incompleto (51,43%) e no ensino médio completo (59,27%).

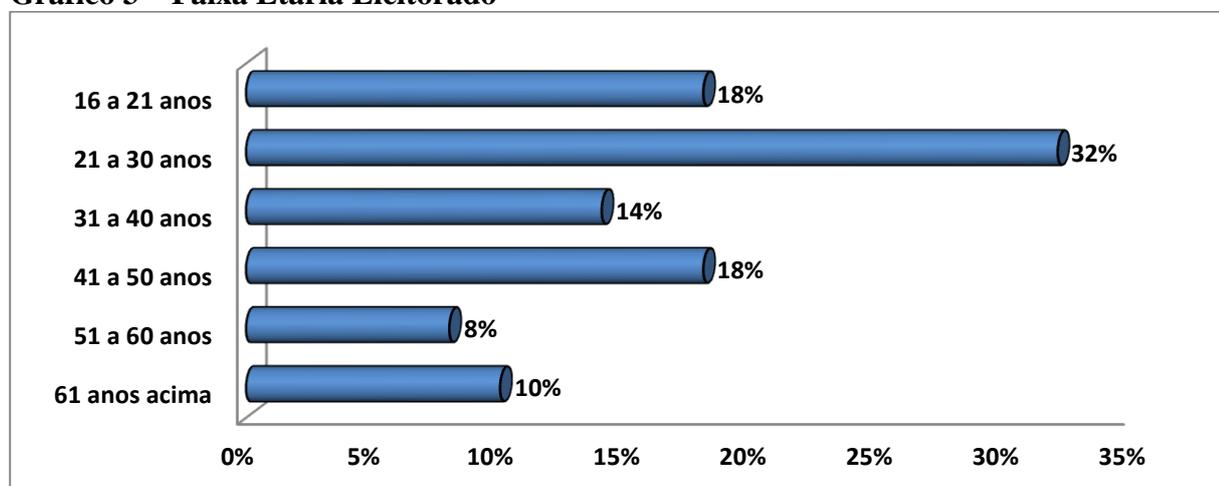
Segundo dados estatísticos (IBGE, 2010), a questão de gênero no Brasil faz grande diferença na atual sociedade, ou seja, as mulheres apesar de estar com grau de escolaridade maior que os homens, ainda recebem os menores salários e tem pouco acesso a cargos políticos.

Em comparação aos dados obtidos, salientamos na questão de gênero a participação feminina na política do município de Frederico Westphalen é quase inexistente, havendo nas últimas eleições municipais candidatas disputando o cargo de vereadora, porém apenas uma candidata eleita no município, sendo composta a Câmara Municipal de Vereadores por 10 homens e 01 mulher. Fortalecendo desta forma a visão de cargos políticos deve ser exercida por homens.

Outro dado analisado na pesquisa é a idade dos entrevistados, sendo este fator de suma importância para a presente análise, uma vez que se busca a informação da existência de fatores culturais no processo de tomada de decisão eleitoral. Sabe-se que no processo político, faz-se necessário analisar o tipo do eleitorado partindo de características de faixa etária, religião e sexo, porém estes fatores se não são determinantes, são influenciadores no processo de tomada de

decisão. A seguir, apresentaremos no Gráfico 3 e na Tabela 4 a faixa etária pesquisada, comparando com dados dos eleitores do município segundo aponta o TRE/RS.

**Gráfico 3 – Faixa Etária Eleitorado**



**Fonte:** Pesquisa: Cultura Política e Comportamento Eleitoral no Município de Frederico Westphalen/RS, 2013/2014.

\* Nota: Total de entrevistados = 50 (I – Incompleto, C – Completo)

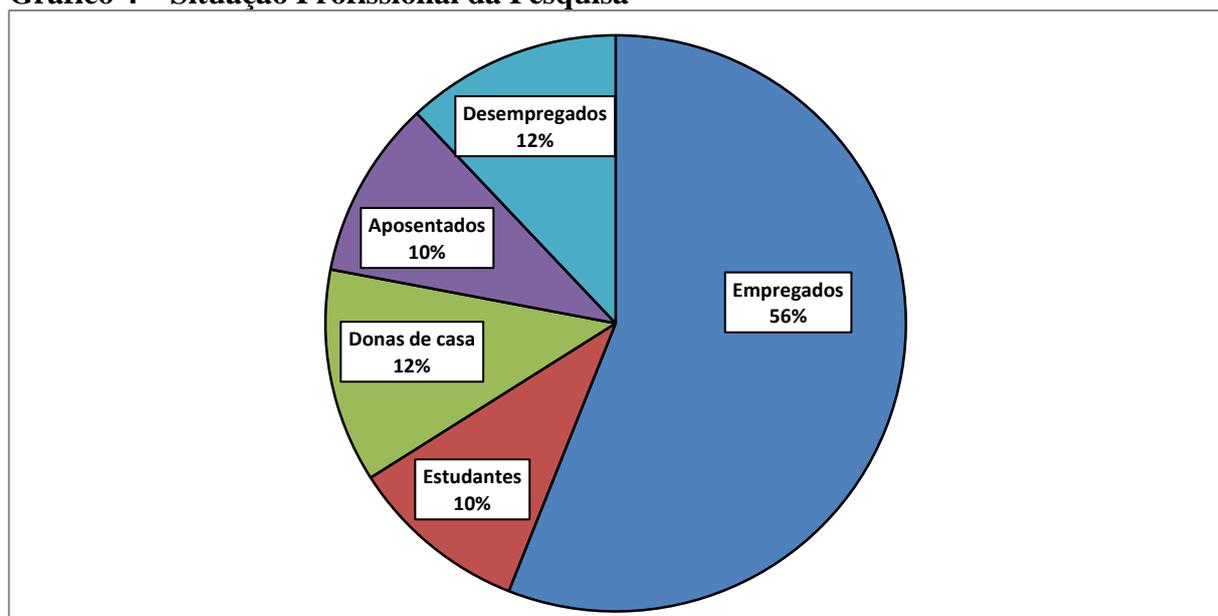
**Tabela 5 – Faixa Etária Eleitor – Município de Frederico Westphalen**

Faixa Etária	Qt	%
16 anos	208	0,88
17 anos	297	1,27
18 a 20 anos	1.481	6,32
21 a 24 anos	2.063	8,80
25 a 34 anos	5.063	21,60
35 a 44 anos	4.120	17,58
45 a 59 anos	5.848	24,95
60 a 69 anos	2.446	10,44
70 a 79 anos	1.254	5,35
Superior a 79 anos	656	2,80
<b>Total</b>	<b>23.436</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** TSE/RS.

Dados oficiais do município de Frederico Westphalen indicam um número maior de eleitores na faixa etária entre 45 a 59 anos (25,95%). No entanto, a pesquisa realizou as entrevistas com um número maior entre 21 a 30 anos 16 (32%), mas se somadas às idades de 21 a 34 anos, fornecidas pelo TSE/RS, a proporção fica bem próxima dos 32%. É importante observar, a não existência de grande disparidade na média de idade entre homens e mulheres no município.

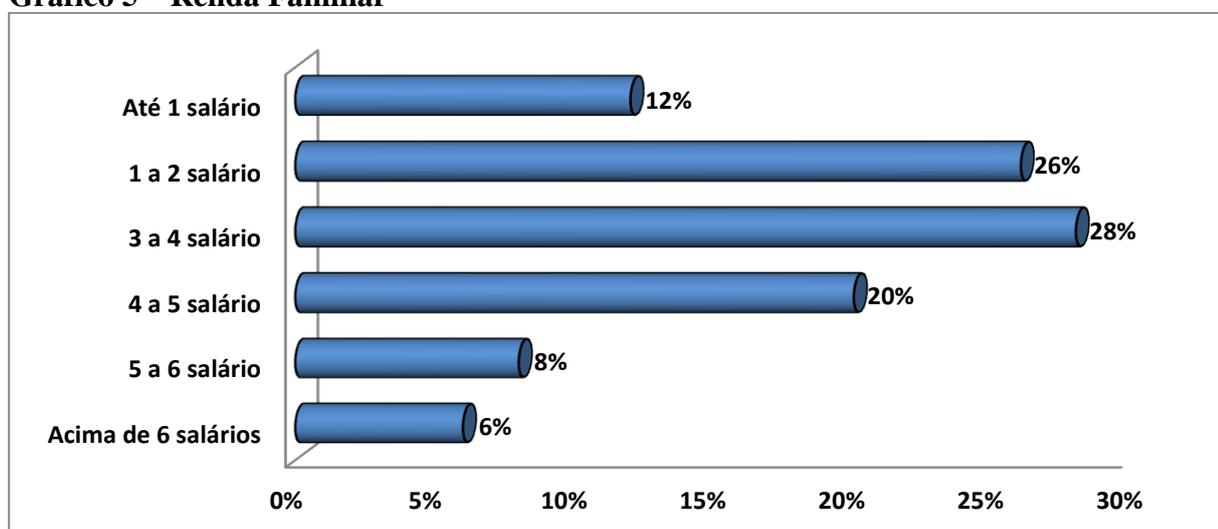
A pesquisa também delimitou a questão profissional de seus entrevistados, para isso foi delimitado os segmentos: empregados, aposentados, donas de casa, estudantes e desempregados, sendo o resultado apresentado no Gráfico 4.

**Gráfico 4 – Situação Profissional da Pesquisa**

**Fonte:** Pesquisa: Cultura Política e Comportamento Eleitoral no Município de Frederico Westphalen/RS, 2013/2014.

\*Nota: Total de entrevistados = 50

Dos entrevistados, 28 (56%) encontram-se inseridos no mercado de trabalho formal, 5 (10%) são estudantes, 6 (12%) entrevistadas são donas de casa, 5 (10%) estão aposentados e 6 (12%) estão desempregados. O que se observa em pesquisas realizadas no Brasil para buscar o entendimento sobre o comportamento eleitoral, é que estas estão fortemente marcadas pela linha sociológica, estando presentes que, em sua maioria, as características demográficas e socioeconômicas dos eleitores influenciam os resultados e tomadas de decisões eleitorais. Assim, em consonância ao quesito da situação profissional dos entrevistados, a pesquisa buscou informar a renda familiar dos mesmos, procurando verificar qual a real situação das pessoas no município, sendo os dados apresentados no Gráfico 5.

**Gráfico 5 – Renda Familiar**

**Fonte:** Pesquisa: Cultura Política e Comportamento Eleitoral no Município de Frederico Westphalen/RS, 2013/2014.

\* Nota: Total de entrevistados = 50

Considerando a renda familiar apresentada na pesquisa, observa-se que os frederiquense, em sua maioria, vivem com renda de, no máximo, quatro salários mínimos (66%), equivalente a R\$ 2.896,00, sendo um percentual pequeno de famílias entrevistadas que possuem poder econômico acima de seis salários mínimos (6%).

Desta forma, podemos evidenciar que, de fato, os baixos índices de sofisticação, participação na vida política, bem como na identificação partidária entre os eleitores, o comportamento eleitoral poderá ser avaliado basicamente sob a influência por características socioeconômicas. Contudo, sabe-se que o comportamento eleitoral tem sua intenção de voto baseada em características pessoais do candidato, e esta influencia a decisão eleitoral de grande parte do eleitorado, sendo que estes, principalmente detém o menor poder aquisitivo.

Assim, o que se observa nesta pesquisa a partir dos dados coletados que se referem à situação sociodemográfica do município de Frederico Westphalen nos quesitos idade, sexo, escolarização e renda familiar, é que a população estudada é constituída por pessoas com nível de escolarização considerado baixo, assim como seu poder aquisitivo. Os dados coletados na pesquisa, em sua maioria, vão ao encontro dos dados obtidos no último censo demográfico do IBGE (2010), no município de Frederico Westphalen.

Na sequência deste estudo é apresentada a análise de questões que visam conhecer o eleitor frederiquense, verificando seus níveis de interesse pela política local, sua participação nesta política, bem como da possível existência de uma cultura política no processo de tomada de decisão destes eleitores.

### **3.2 Participação e Interesse Político dos Cidadãos**

A fundamentação da questão participativa no âmbito político no Brasil é percebida desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, sendo seu princípio fundamentalmente baseado na democracia, na busca por um modelo de gestão pública participativa e fundamentada na emancipação política dos cidadãos.

Neste sentido, Santin (2008, p. 5861), afirma que:

O princípio democrático abraça postulados de uma teoria democrática representativa e também participativa, prevendo não só órgãos representativos, eleições periódicas, pluripartidarismo, como também processos capazes de oferecer aos cidadãos condições efetivas de controle e de participação no processo decisório.

Isso ocorre, de tal maneira que este processo permita aos cidadãos um efetivo envolvimento com o desenvolvimento da política, bem como na execução da mesma. Para tanto, a efetivação desta participação no processo democrático, estudos realizados<sup>11</sup> na área das ciências políticas nos fazem compreender que tal envolvimento depende de vários fatores determinantes, tais como: interesse dos cidadãos sobre política, conhecimento de política e as influências exercidas sobre tais eleitores no processo de tomadas de decisões.

Baseando-se nestes itens determinantes ao envolvimento dos cidadãos com a política, e salientando principalmente que um dos fatores é a influência externa exercida na conjuntura política, se observa que o processo de tomada de decisões e o envolvimento com a política acontecem sob as influências que determinam o posicionamento do eleitor, sendo que, neste sentido, Amorim (2006, p. 142), aponta que: “as informações que os cidadãos obtêm da política nacional e local seja através dos meios de comunicação ou através de conversas na família e no trabalho, contribuem para aferir o interesse por política”. Assim, não podemos deixar de dar ênfase a estas questões que influenciam o processo político e, muitas vezes, podemos afirmar que determinam todo o processo de envolvimento político dos cidadãos.

Para os autores Nazzari e Silva (2009), relacionar a intenção de voto com as informações difundidas pela mídia a partir de variáveis socioeconômicas, regionais e ideologias partidárias é importante para a averiguação de como a influência da mídia se distribuiu entre as diversas categorias socioeconômicas, regionais e entre os eleitores que apresentem ideologia partidária. Desta forma, pode-se verificar a importância de como as informações chegam aos eleitores, uma vez que a influência gerada sobre os mesmo pode interferir em sua decisão.

Nazzari e Silva (2009), reforçam ainda, neste sentido, que acredita-se relacionar a intenção de voto do eleitor e as informações difundidas pela mídia a partir das avaliações que os próprios eleitores fazem de aspectos do processo eleitoral é um procedimento muito mais eficiente para a compreensão da influência da mídia sobre o comportamento eleitoral que a partir de variáveis socioeconômicas, regionais e preferência partidária. Assim, tais autores salientam a força que a mídia obtém em um processo eleitoral, podendo esta ser favorável a um bom resultado, como no insucesso do mesmo.

Cervi (2002), aponta que o eleitor escolhe, em determinadas circunstâncias, em função de elementos conjunturais, que podem ser alterados. Ele decide se entre as diversas imagens disponíveis dos candidatos e estabelece com estes uma relação tênue de identificação, que pode ser modificada a qualquer momento. Por outro lado, os candidatos conquistam votos quando conseguem sensibilizar os eleitores. Como o eleitor é influenciado por diversos elementos, ele tem

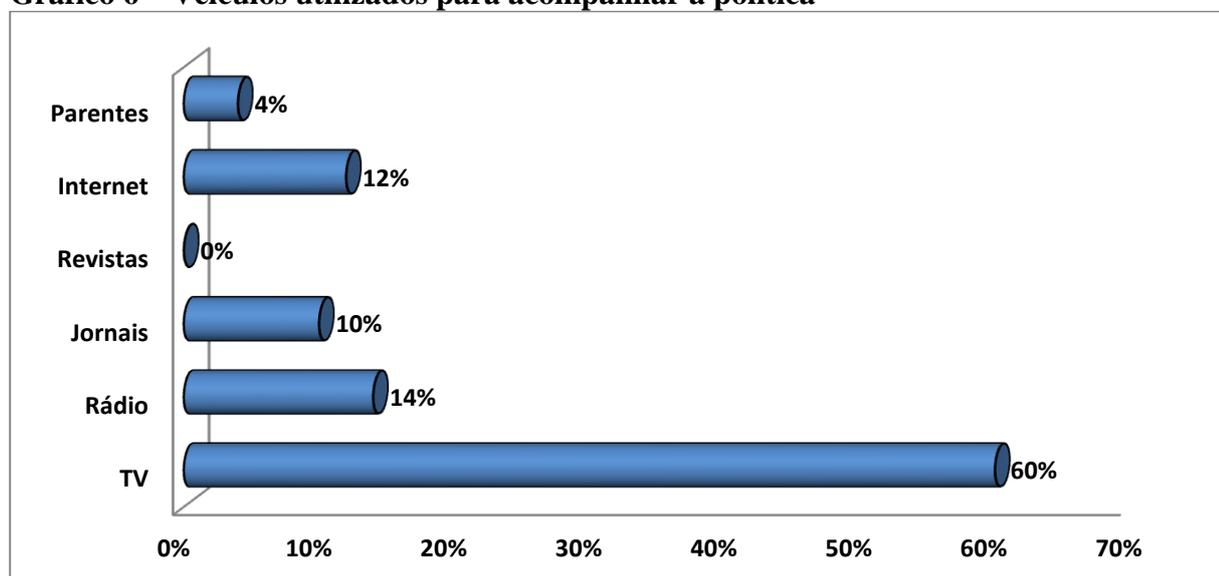
---

<sup>11</sup> Para melhor definição do comportamento eleitoral, podemos encontrar estudos realizados por diversos pesquisadores, entre eles Baquero (2007; 2010; 2012), Cervi (2002) e Amorim (2007).

um conjunto de valores em constante transformação e acesso a vários líderes políticos e diferentes projetos políticos podem sensibilizá-lo (CERVI, 2002, p. 127).

Para Bourdieu (apud AMORIN, 2006), a televisão é um instrumento que possibilita atingir a todos, pois se constitui um espaço público onde grande parte do jogo político acontece, principalmente durante os períodos eleitorais. Durante a pesquisa realizada em Frederico Westphalen, observou-se que a televisão (60%) é um dos mecanismos mais utilizados pelo eleitor para acompanhar os acontecimentos políticos locais, regionais e nacional, sendo apontado como o meio utilizado pela quase totalidade dos entrevistados quando questionados acerca de como acompanhavam as notícias políticas. Os outros veículos utilizados, mas com menor proporção são o rádio (14%), a internet (12%), os jornais (10%) e os parentes (4%), conforme exposto no Gráfico 6.

**Gráfico 6 – Veículos utilizados para acompanhar a política**



**Fonte:** Pesquisa: Cultura Política e Comportamento Eleitoral no Município de Frederico Westphalen/RS, 2013/2014.

\*Nota: Total de entrevistados = 50

Nesse sentido, Amorim (2006), reforça que as tradicionais fontes de socialização política e de obtenção de informação, como família, o trabalho, as orientações da igreja e sindicatos, cedem, cada vez mais, espaço para noticiários, debates e propagandas eleitorais gratuitas transmitidos pelos meios de comunicação. Acredita-se que, desta forma, os objetivos eleitorais do candidato tornam-se mais acessível ao público alvo e, conseqüentemente, reduzindo o poder de argumentação e debate do eleitor referente ao que lhe é colocado.

Existem, segundo autores uma diferenciação no comportamento do eleitor, na forma de identificação entre o representante e o representado. Neste sentido, Cervi (2002), coloca que os métodos tradicionais de contato como interação pessoal com os chefes políticos em assembleias ou comícios populares passam a ser substituídos. O novo tipo de escolha torna-se mais individual e não

precisa do contato pessoal com o líder. As imagens dos candidatos e as informações transmitidas pela mídia desempenham a função de contato entre líder e liderado. Essas modificações políticas e tecnológicas é que permitem o surgimento de um eleitor que se identifica de modo pontual com os candidatos.

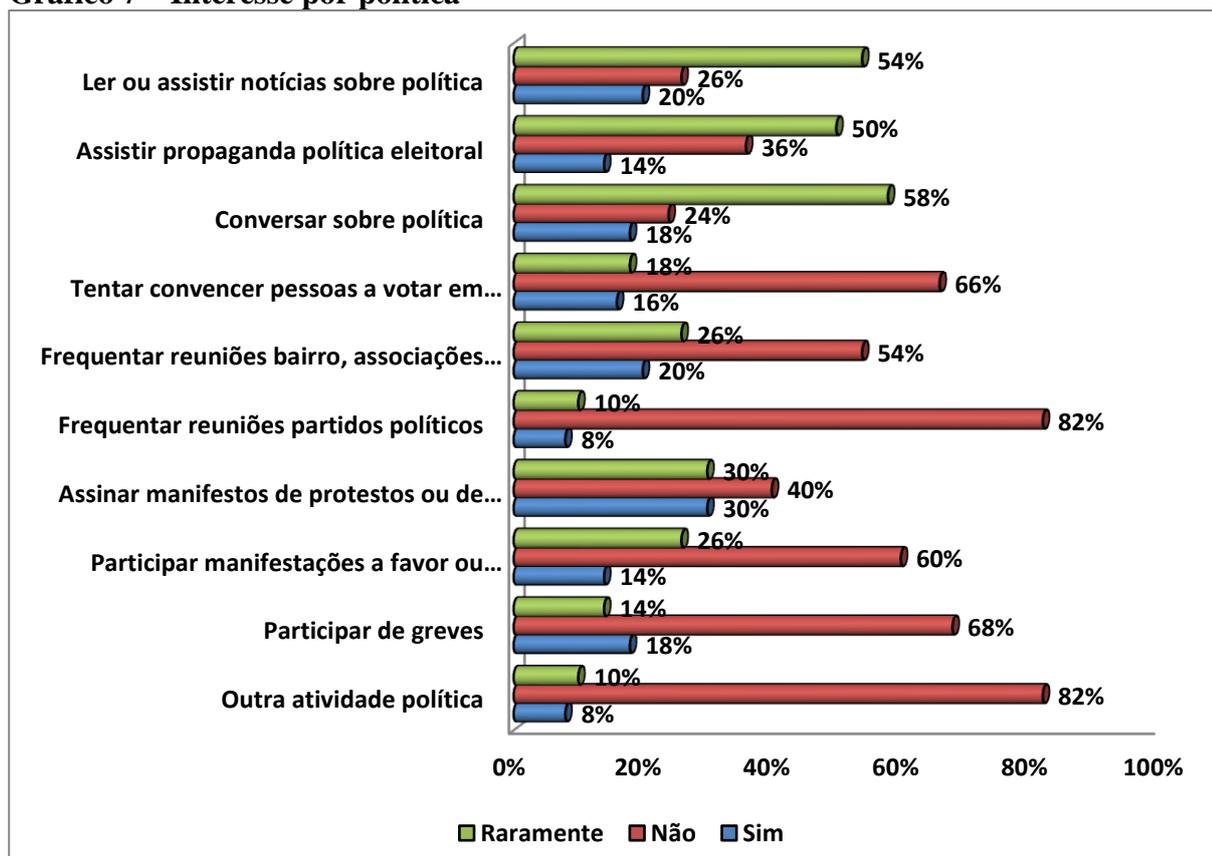
Porém, precisamos considerar também que, de maneira complementar, que os homens nas sociedades modernas não pertencem a um único grupo. Existem posicionamentos anteriores e de largo espectro como classe social, cultura e padrões que decorrem da faixa etária ou da região, grau de participação na comunidade, como local de trabalho e família, onde são desenvolvidas identificações e rejeições. Essa multiplicidade de fatores influenciadores, todos permeados pela presença da esfera pública por natureza que é a mídia, torna praticamente impossível identificar que tipo de espaço ou elemento é o principal responsável por determinado comportamento eleitoral (CERVI, 2002, p. 126).

Para tanto, a pesquisa buscou, além de questionar as influências ocorridas no processo de tomada de decisão do eleitor de Frederico Westphalen, aferir sobre o posicionamento quanto ao interesse do eleitor em estar participando deste processo, de estar buscando informações, bem como de sua participação no contexto político local.

Assim Baquero (2010), assinala que:

A compreensão do comportamento das pessoas em épocas de eleição é importante para identificar os condicionantes desse comportamento, na medida em que possibilita analisar como as pessoas pensam sobre o processo político, que atitudes assumem em relação às instituições políticas e gestores públicos e o comportamento efetivamente observável no campo político. (BAQUERO, 2010, p. 7).

Os entrevistados foram questionados sobre seus hábitos em relação à política, em estar lendo, assistindo noticiários sobre política, assistir a propaganda eleitoral e conversar sobre política. No Gráfico 7, são apresentados os índices de participação e interesse em política observados a partir da pesquisa realizada.

**Gráfico 7 – Interesse por política**

**Fonte:** Pesquisa: Cultura Política e Comportamento Eleitoral no Município de Frederico Westphalen/RS, 2013/2014.

Total de entrevistados = 50

Por meio dos dados apontados no Gráfico 7, observamos que o nível de interesse por política dos frederiquenses é baixo, uma vez que, dentre os entrevistados, apenas 10 (20%) entrevistados leem ou assistem notícias sobre a política, 7 (14%) pessoas disseram acompanhar o horário político eleitoral e 9 (18%) pessoas afirmaram conversar com outras pessoas sobre política. Nos demais aspectos medidos para o nível de participação e interesse por política os resultados obtidos continuaram sendo baixo, como veremos nas respostas a seguir:

- 8 (16%) dos entrevistados tentam convencer alguém a votar em determinado candidato;
- 10 (20%) frequentam reuniões de bairros e associações do município;
- 4 (8%) participam de reuniões de partidos políticos;
- 15 (30%) assinam manifestos de protestos e ou reivindicações;
- 7 (14%) participam de manifestações a favor ou contra o governo;
- 9 (18%) fazem parte de movimentos de greves, e;
- 4 (8%) pessoas apenas manifestaram participar de outra atividade política no município.

Com base nas respostas obtidas, verifica-se que no município de Frederico Westphalen é predominante o baixo índice de envolvimento e interesse por política, e, ao mesmo tempo, há uma descredibilidade em relação a outros segmentos, tais como: sindicatos, partidos políticos, organizações e a própria política local. Fator relevante nesta situação é, além desta desconfiança com o cenário político, que esta mesma população não apresenta motivação, não participa e não se envolve com os problemas locais.

O que se observa do eleitor, é que este procura manter-se afastado da esfera política, não tendo muita informação sobre o que acontece na política, nos partidos e com candidatos. Observando também que a maioria dos eleitores não apresenta uma opinião a respeito do processo político. Em relação a isto, os autores Almond e Verba (apud AMORIM, 2006), constatam que uma das características da cultura política da sujeição é o fato de que as pessoas sabem o que acontece na esfera política, mas não se sentem estimuladas a participar e intervir. Desta forma, nos faz perceber a falta de um sentimento por parte dos cidadãos de fazer parte do processo como um todo, e não apenas de parte deste processo, como se a política fosse algo distante e não pertencente a todos os cidadãos.

Assim, Baquero (2001), acentua que há uma adaptação das instituições democráticas a uma prática de uso de procedimentos antidemocráticos que pervertem a representação política, gerando dúvidas e incertezas sobre o futuro da democracia. Isso se verifica não no sentido de favorecer retrocessos institucionais ou rupturas profundas, mas na institucionalização de atitudes de indiferença, apatia e distanciamento da arena política, e na crença de que não há nada que se possa fazer para mudar o atual estado das coisas.

A partir deste estudo, podemos avaliar a carência de um envolvimento maior da população com a coisa pública, com a política como um todo, e não apenas o fato de votar para “achar” estar participando do processo. Infelizmente, a participação política dos cidadãos restringe-se quase que unânime ao período eleitoral e ao processo do ato de votar, após isto, o cidadão se abstém do processo afastando-se e por vezes nem tomando conhecimento dos demais canais de participação política do qual faz parte.

E assim, daremos sequência no próximo subitem ao debate verificando o que o eleitor de Frederico Westphalen julga determinante na hora da escolha de seu candidato e o que o leva a votar no mesmo.

### 3.3 Fatores Determinantes na Escolha Eleitoral

Na atualidade, para analisarmos a política de um determinado local precisamos considerar inúmeras questões que são determinantes. Um fator a ser ponderado nas tomadas de decisões é a personalização política. Segundo Amorim (2006, p. 166):

As democracias contemporâneas vivenciam um processo de personalização da política, com impactos diferenciados em cada contexto. Trata-se de um fenômeno presente em sistemas políticos institucionalizados e pouco institucionalizados, cujas personalidades independentemente de partidos e preferências programáticas, têm uma influência considerável nas campanhas eleitorais.

Com isso, faz-se necessário para cada análise, levar em consideração o contexto local da política, bem como de seus candidatos políticos para assim a definir. No Brasil e em todo o contexto latino americano, inúmeras análises foram realizadas em relação às questões políticas buscando-se subsídios para a compreensão da atual realidade política evidenciada nos países que compõem a América Latina. Amorim (2006), salienta que, de acordo com pesquisas realizadas na América Latina, nos últimos anos cerca de 70% dos eleitores votam na pessoa do candidato, não se baseando em critérios objetivos, como a plataforma do partido político ou as propostas dos candidatos. Com isso, podemos verificar que, na maioria das vezes, não há uma identificação partidária, e sim uma identificação pela figura do candidato que se encontra a frente de determinado partido.

Neste sentido, Baquero (2010 apud AMORIM, 2010, p. 166), aponta que: “A identificação partidária ocorre muito mais em função da relação que se estabelece entre candidatos e eleitores do que propriamente de uma identificação com as propostas dos partidos”. A partir destas análises, podemos identificar que em sua maioria, os eleitores não acreditam nos partidos políticos e conseqüentemente não manifestam interesse por política. O comportamento do eleitor, sendo este com poder de decisão eleitoral, é caracterizado pela sua vulnerabilidade e volatilidade eleitoral. Em conseqüência destas ações, os eleitores estão decidindo seu voto em função da imagem e atributos pessoais dos candidatos, sendo que estes mesmos eleitores apresentam baixo grau de informação e interesse pela política e preferem distanciar-se, bem como apresentam elevado grau de descontentamento e descrença na política.

Para Cervi (2002), o voto é definido, de modo geral, em função do candidato e não do partido. Mas não se trata de um voto personalista tradicional, como um voto dado em função de devoção, subordinação ou fidelidade pessoal. O voto desse novo eleitor muda de direção frequentemente, dependendo da capacidade de sedução das diferentes alternativas políticas. No Brasil, como já apontado no primeiro capítulo deste estudo, configura-se historicamente por uma

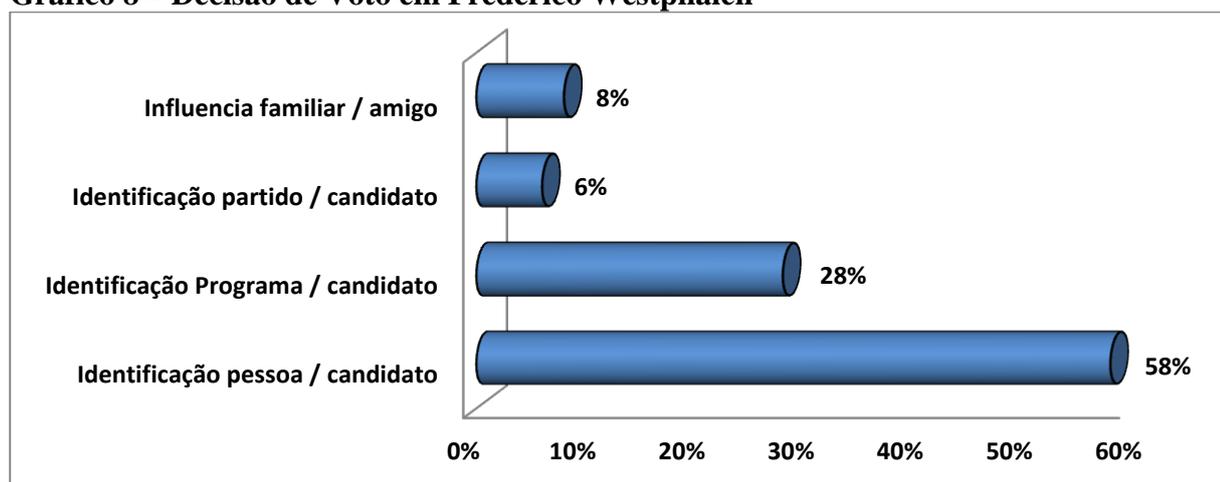
cultura política fortemente marcada pelo personalismo, fortalecido por ações burocráticas e reforçadas pelo clientelismo político existente que, segundo Nunes (2010), a burocracia apoia a operação do clientelismo e suplementa o sistema partidário.

Assim, Borba (apud AMORIM, 2006,), aponta que: “a conjunção de cidadãos pouco sofisticados com a constante difusão de ideologias antidemocráticas foi o elemento central da formação da cultura política brasileira, permitindo que o personalismo constituísse a base histórica de estruturação do comportamento eleitoral”. Ou seja, a ação decisória no processo político brasileiro está culturalmente marcada pelo conjunto de ações que envolvem o clientelismo, o autoritarismo e o personalismo.

Este trabalho baseou-se em duas hipóteses quanto aos fatores que determinam a decisão de voto, sendo a primeira hipótese a interferência de uma cultura política como fator determinante na tomada de decisão e na escolha do candidato no processo eleitoral de Frederico Westphalen e, a segunda hipótese, consiste em quanto maior a escolaridade do eleitor, maior a possibilidade de escolher candidatos baseados em critérios de programas de partido e não apenas por critérios de cunho personalista.

A pesquisa realizada no município de Frederico Westphalen no período de 2013 a 2014 nos possibilitou verificar que a escolha eleitoral ocorre, principalmente, pela identificação pessoal do candidato, em detrimento da preferência partidária ou do programa que o candidato apresenta em sua campanha eleitoral, como podemos visualizar no Gráfico 8:

**Gráfico 8 – Decisão de Voto em Frederico Westphalen**



**Fonte:** Pesquisa: Cultura Política e Comportamento Eleitoral no Município de Frederico Westphalen/RS, 2013/2014.

\*Nota: Total de entrevistados = 50

A partir dos dados obtidos e analisando no Gráfico 8, podemos destacar que 58% dos eleitores entrevistados têm sua decisão de voto baseada e motivada na identificação com a pessoa

do candidato, 28% decidem em quem votar de acordo com o programa de governo que o candidato apresenta, 8% tem sua escolha por influência de familiares e ou amigos e somente 6% tem sua decisão de voto motivada pelo partido do candidato.

A escolha e decisão de voto no município de Frederico Westphalen podem ser evidenciadas nas falas de alguns entrevistados quando perguntados o porquê da escolha de seu voto, tratando-se aqui das últimas eleições municipais: “Por que gosto da pessoa, cara bom.” (Entrevistado 01); “Por que achava que era a melhor pessoa para governar nossa cidade.” (Entrevistado 02); “Acho que a pessoa, o candidato se saiu melhor durante a campanha eleitoral.” (Entrevistado 03); “Admiração pela pessoa que ele é.” (Entrevistado 04); “Pela pessoa que ele é.” (Entrevistado 05).

Desta forma, podemos averiguar na pesquisa a existência de forte influência personalista no município, em que a decisão do voto dos frederiquenses está centrada na pessoa do candidato, e não pelo programa de governo que este apresenta, nem mesmo ao partido ao qual está filiado e representa. Neste sentido, afirma Amorim (2006, p. 169), que: “Não há tradição em votar nos partidos políticos. A consequência, portanto, é um personalismo predominante na dinâmica política brasileira que se reproduz ao longo dos anos.”.

Amorim (2006), ainda pontua que os vínculos personalistas entre eleitores e candidatos tendem a ser mais fortes onde as raízes partidárias na sociedade são mais fracas. Desta forma, a pesquisa aponta que o eleitor frederiquense está fazendo suas escolhas eleitorais pelo candidato, não idealizando a questão partidária, reafirmando, assim, a decisão nas escolhas eleitorais baseadas na pessoa do candidato, ou seja, exercendo o fator personalista no município.

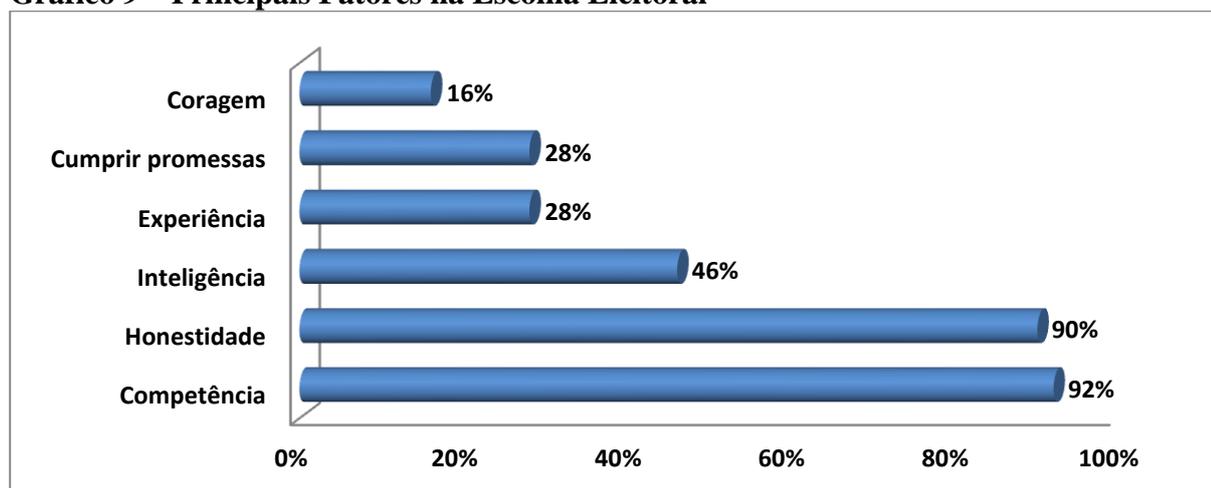
Podemos avaliar que, a maioria dos eleitores define sua decisão de voto de forma emocional, ou seja, a partir dos atributos simbólicos apresentados pelos candidatos, e também pelas imagens difusas apresentadas acerca das competições eleitorais. Assim, define-se a lógica do comportamento eleitoral da maioria dos eleitores, no qual pode-se interpretar como fator determinante a emoção no processo de tomada de decisão, em vista que a preferência deste eleitor está baseada nos candidatos que são mais “conhecidos positivamente”, e estes dominam em avaliações positivas pela sua simpatia, afinidade e confiança repassada ao eleitor.

Com isso, é que podemos apontar que a imagem do candidato é fundamental no processo de tomada de decisão na hora do voto. Uma vez que, o eleitor tomado pela emoção escolhe o candidato que conhece, tem informações positivas a respeito, este inspira confiança, justificando assim a cultura do voto personalista que domina todo o processo eleitoral e o processo de tomada de decisão.

Buscando maior compreensão para o processo da tomada de decisão do eleitor, a pesquisa teve como questão norteadora quais os fatores determinantes que os eleitores de Frederico Westphalen utilizam para a escolha de seus candidatos nas eleições municipais, sendo que, dentre as

questões avaliadas, está à relação ao que o eleitor considera importante na pessoa do candidato, ou seja, o que este atribui como relevante e que faz a diferença na hora de decidir em quem votar. Para indicar esses atributos, foram elencados e questionados aspectos como: competência, experiência, cumprir com as promessas feitas, honestidade, coragem e inteligência. Os valores que o eleitor considera de maior importância são apresentados no Gráfico 9:

**Gráfico 9 – Principais Fatores na Escolha Eleitoral**



**Fonte:** Pesquisa: Cultura Política e Comportamento Eleitoral no Município de Frederico Westphalen/RS, 2013/2014.

\*Nota: Total de entrevistados = 50

Para a obtenção destes dados, foi solicitado aos entrevistados para elencar três fatores (fatores estes previamente mostrados aos mesmos) que acreditassem ser de fundamental importância em um candidato. A partir dos dados obtidos, podemos avaliar que, dentre os eleitores de Frederico Westphalen entrevistados, 92% acreditam que o candidato precisa ter competência para exercer um cargo político, 90% dos eleitores apontam que deve ser honesto, 46% dos eleitores apontam que inteligência é fundamental, 28% apontam que deve cumprir as promessas feitas no período eleitoral, 28% dos eleitores apontaram para a experiência como fator importante para um candidato e apenas 16% dos eleitores acreditam que o candidato deve ter coragem.

Para tanto, podemos avaliar que o eleitor não segue um padrão de escolha ideológico. Como avalia Amorim (2006): “[...] as orientações dos eleitores tornam-se mais pragmáticas e menos ideológicas na escolha dos candidatos. A decisão do voto tem se pautado mais numa avaliação da administração e dos atributos pessoais dos candidatos como honestidade, competência e capacidade administrativa”, reforçando, com isso, a força do personalismo presente no âmbito político.

Podemos evidenciar ainda mais os atributos de um candidato durante as entrevistas nas falas a seguir: “Por que conhecia o candidato e sabia de sua competência e honestidade.” (Entrevistado 06); “Principalmente pela inteligência e sabedoria do candidato, assim como sua humildade durante

a campanha.” (Entrevistado 07); “Achei que era mais experiente, o mais competente e honesto para comandar o município.” (Entrevistado 08).

Observa-se com isso que, quanto menor a identificação dos eleitores com determinado partido, bem como o distanciamento com uma ideologia partidária, o ponto fundamental para a decisão de voto baseia-se na pessoa do candidato, e, assim, as atribuições pessoais que este possui e que consegue transmitir ao eleitor, e o eleitor julgar importante para a sua decisão. Neste sentido, para uma melhor compreensão do processo político do município de Frederico Westphalen, na sequência apresentamos uma análise dos partidos políticos e a sua influência e importância no processo de tomada de decisões dos eleitores.

### **3.4 Percepção de Democracia e Política Local**

O estudo da democracia para pesquisadores da área das ciências sociais aponta não haver uma única definição ao termo. Segundo Baquero (2009), a literatura a respeito da democracia sinaliza para uma situação de não consenso sobre qual o verdadeiro significado da democracia, sendo que a definição mais utilizada para o termo é a forma de governo vivenciada pelas sociedades atuais.

Apesar de não haver consenso para a definição da democracia, Amorim (2006), salienta que, contudo, ela tem sido considerada como a melhor forma de governo. Os dados mostram que não apenas as bases formais e institucionais da política, mas os traços socioculturais estão enraizados na concepção de democracia latino-americana. Ainda segundo o autor, compreende-se democracia como um conjunto de instituições políticas, normas e procedimentos que visa assegurar a liberdade, a igualdade e os direitos políticos, civis e sociais dos indivíduos. Todos estes aspectos fazem parte de uma dimensão que compõe a democracia e o processo de construção através de seus indivíduos.

Desta forma, através das respostas obtidas dos entrevistados, este subcapítulo apresenta a análise da percepção referente ao entendimento o eleitor quanto ao contexto da democracia, e aos fatores determinantes a respeito da política em Frederico Westphalen. Para esta análise, foi questionado aos entrevistados após responderem sobre seus hábitos frente às questões políticas, o que estes entendiam por democracia, sendo as resposta de livre expressão e opinião, e algumas respostas foram: “Direito de escolha, através de representantes que escolhemos, através do voto e que vai atender as necessidades da população.” (Entrevistado 09); “É o poder que as pessoas têm através do voto.” (Entrevistado 10).

Através destas duas falas dos entrevistados, podemos pontuar que se destacam como valores fundamentais dos frederiquenses a concepção de democracia entendida através do direito de votar, o direito da escolha de seu representante, evidenciando, desta forma, como a participação do processo

eleitoral é forma de democracia e entendida na sua essência como prioridade neste processo. Assim, considera-se que:

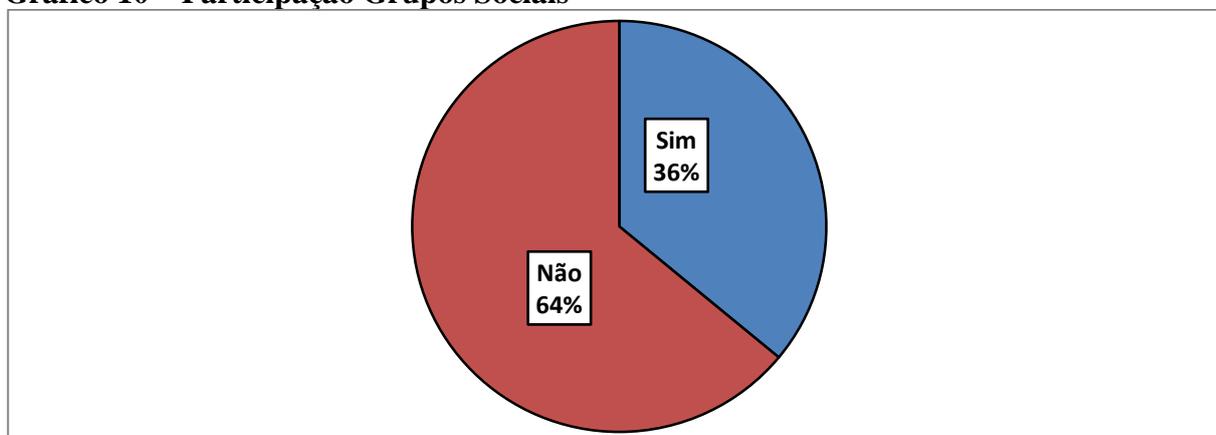
A noção de cidadania remete à cristalização dos direitos civis, políticos e sociais, caracterizando uma situação de inclusão e de pertencimento dos cidadãos à comunidade política. Embora os cidadãos tenham o direito formal de se organizar, de expressar livremente suas opiniões e interesses, de participar das decisões políticas, questiona-se a ausência de condições favoráveis para estimular tal participação. (AMORIM, 2006, p. 193).

Aliados à falta de motivação e interesse político, os eleitores de Frederico Westphalen, mostram-se apáticos em relação às questões democráticas, o que gera certo conformismo com as situações decorrentes. Observou-se na pesquisa realizada que, dentre os entrevistados, quando questionados sobre sua participação em grupos sociais, sindicatos, associações e ou partido políticos, um número muito pequeno de pessoas participa de algum destes segmentos. Segundo Moisés (2008), além do desempenho de governos e dos resultados, as instituições e seu modo de funcionamento também são relevantes para moldar a relação entre cidadãos e regime político, mostrando, com isso, a força e a influência que estas detêm sobre os eleitores.

Dentre os entrevistados que responderam participar de algum grupo social, a maioria estava concentrada na participação em grupos de igrejas, sendo o número mais expressivo de participantes de Igrejas Evangélicas, e a maioria disse não participar de nenhum grupo social. Neste sentido, Moisés (2008), aponta que: “A baixa intensidade da qualidade da democracia expressa pelo funcionamento deficitário de suas instituições afeta em sentido negativo a relação dos cidadãos com o regime.” (MOISÉS, 2008, p. 30).

Para uma melhor compreensão da participação dos eleitores de Frederico Westphalen, ilustramos no Gráfico 10 a participação destes em grupos sociais do município.

**Gráfico 10 – Participação Grupos Sociais**



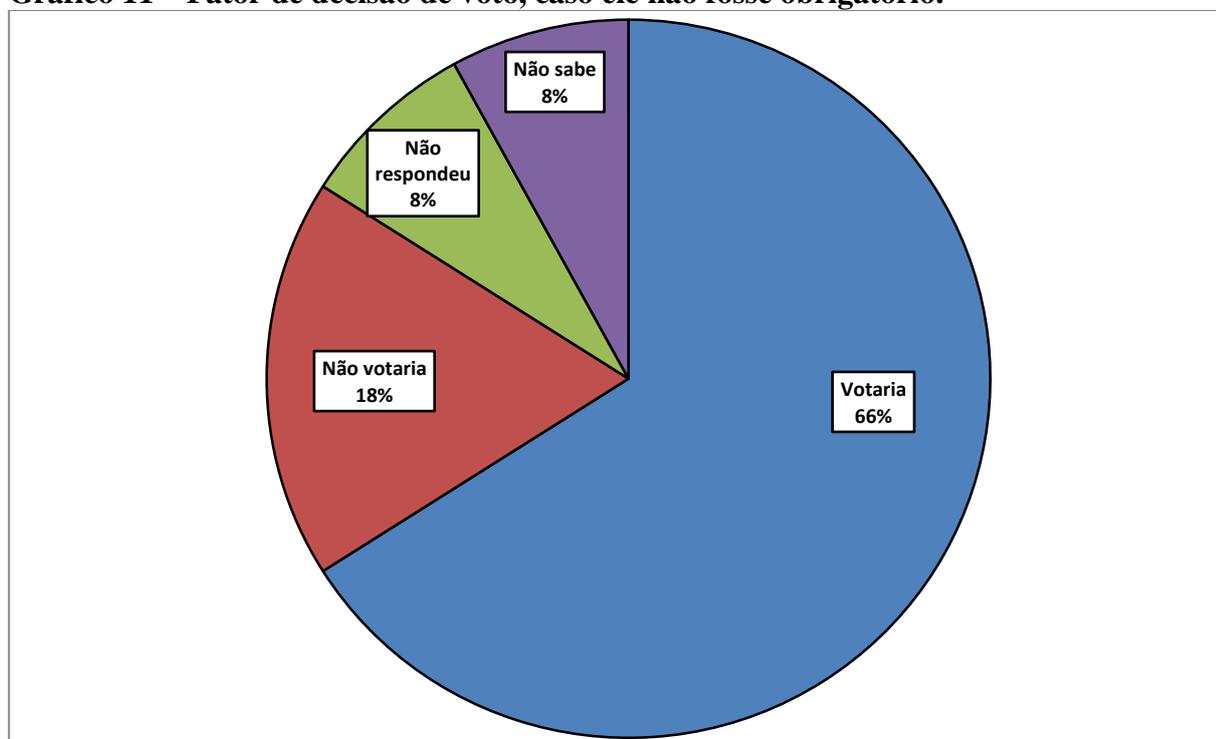
**Fonte:** Pesquisa: Cultura Política e Comportamento Eleitoral no Município de Frederico Westphalen/RS, 2013/2014.

\*Nota: Total de entrevistados = 50

Ao relacionarmos os dados dos entrevistados quando questionados sobre filiação em partidos políticos, a diferença é em números bem expressivos. A maioria da população entrevistada respondeu não ser filiada em partido político (64%), e se mostrou com pouca confiança nos mesmos, sendo que alegam que “todos os partidos são iguais” e “servem para roubar o dinheiro do povo” e “são todos corruptos”. Dos entrevistados, 46 (92%) pessoas não estão filiadas a algum partido e apenas 4 (8%) pessoas confirmaram estar filiadas.

A pesquisa realizada mostrou descrença na política e, principalmente, nos partidos políticos. Neste sentido, Amorim (2006), coloca que estudos produzidos nos últimos anos revelam que a confiança é um componente básico do capital social, que, sob a forma de regras de reciprocidade e participação cívica, favorece a cooperação e solidariedade social. Porém, apesar de se mostrarem desfavoráveis às questões partidárias e dotados de certo descontentamento com a política, os entrevistados fazem questão de participar da política através de seu voto. Quando questionados se o voto não fosse obrigatório, se, ainda assim, votariam (66%), a maioria respondeu favorável a ir para as urnas a fim de expressar sua opinião, apontando para o voto como forma de mudança e de fazer valer sua vontade política. A respeito da questão do voto, representaremos os números e resultados obtidos no Gráfico 11.

**Gráfico 11 – Fator de decisão de voto, caso ele não fosse obrigatório.**



**Fonte:** Pesquisa: Cultura Política e Comportamento Eleitoral no Município de Frederico Westphalen/RS, 2013/2014.

\*Nota: Total de entrevistados = 50

A análise dos dados nos levam a avaliar que o eleitor de Frederico Westphalen, apesar de mostrar não ter confiança na política e nos partidos políticos, faz questão de participar dos pleitos eleitorais, ou seja, podemos, com isso, pontuar que o mesmo acredita e espera solução dos problemas sociais, políticos e econômicos através da política e de seus representantes, como afirma Amorim (2006, p. 157):

De um lado, os cidadãos expressam falta de credibilidade no Estado e na classe política, o que compromete sua motivação em participar nos processos decisórios. De outro lado, esperam do governo a resolução dos problemas socioeconômicos e, para tanto, transferem toda responsabilidade a um líder, uma personalidade política escolhida pelo voto.

Para Baquero (2000), as instituições democráticas são permeadas por uma cultura política orientada pelo individualismo, passividade, indiferença e desconfiança, que matem a democracia em um estado permanente de instabilidade, acarretando, desta forma, um grande número de pessoas que se afastam do processo político, elevando consideravelmente os baixos índices de participação popular nos processos de tomadas de decisão.

Com isso conclui-se que:

Um dos desafios da democracia brasileira consiste em solidificar um sistema político pautado no desenvolvimento de uma cidadania política e social e consolidar uma cultura política democrática, baseada na participação, na confiança recíproca e na solidariedade social. Trata-se de resgatar os cidadãos para a esfera da política, incentivando-os a participar e fiscalizar as ações governamentais, de maneira a contribuir para uma melhor qualidade da democracia. (AMORIM, 2006, p. 164).

Assim, faz-se necessário uma participação política marcada pela consolidação de atitudes e comportamentos democráticos que envolvam os cidadãos, de forma que seu comprometimento seja capaz de atuar com níveis de cobrança e fiscalização, fortalecendo, assim, a legitimidade do sistema democrático.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos este estudo com os seguintes questionamentos: a interferência de uma cultura política é determinante na tomada de decisões e na escolha do candidato no processo eleitoral de Frederico Westphalen? E, quais os fatores determinantes que os eleitores de Frederico Westphalen utilizam para definir a escolha de seus candidatos nas eleições municipais?

Assim, este estudo buscou pesquisar junto aos eleitores do município de Frederico Westphalen, situado no Estado do Rio Grande do Sul, o comportamento político dos mesmos, procurando analisar em conjunto os aspectos culturais que envolvem o cenário político e os fatores que influenciam o processo de tomada de decisões.

Para a compreensão do comportamento político dos eleitores, procurou-se dar ênfase aos aspectos relevantes do cotidiano destes, tais como suas atitudes em relação à política, suas crenças culturais e o que os motiva frente à política local.

Ao estudarmos o comportamento político dos cidadãos frederiquenses e a questão cultural que envolve todo o cenário político municipal, não nos eximimos de analisar fatores históricos que se fazem importante para a caracterização da atual conjuntura política municipal. Fatores estes que influenciaram e determinaram ações das pessoas nos processos decisórios, sendo que, neste sentido, Brotto destaca que

Analisar, ou pelo menos tracejar, aspectos acerca da Cultura Política e seus reflexos no contexto de uma sociedade requer considerar seu processo de formação histórica, bem como o modelo político vigente e balizadores de suas relações sociais e políticas. (BROTTO, 2009, p. 14).

Desta forma, este trabalho analisa fatos históricos do município correlacionando aos acontecimentos atuais, procurando estabelecer parâmetros que interliguem estes acontecimentos e as influências sobre fatos atuais.

Buscou-se com a pesquisa analisar o comportamento político do eleitor de Frederico Westphalen destacando, assim, a importância dos valores culturais, a maneira como o eleitor vivencia suas crenças, valores, opiniões e normas, evidenciando nestas questões a vivência política dos mesmos. Como pontua Amorim (2006), a atualidade do conceito de cultura política está em fornecer ferramentas de análise na explicação das predisposições e comportamentos políticos dos cidadãos, podendo, com isso, embasar os estudos e opiniões sobre as ações políticas dos eleitores.

No município de Frederico Westphalen, bem como na região norte do Estado do Rio Grande do Sul, não são encontrados muitos estudos que abordam o tema por nós trabalhado. Acredita-se

que, ao analisar o local, podemos avaliar com maior ênfase questões pontuais da política municipal, bem como questões sociais e econômicas que interligam aos fatores políticos do município.

Para Amorim (2006), os estudos de poder local possibilitam a compreensão dos aspectos do sistema político mais amplo, especialmente em relação às estratégias adotadas para a manutenção do poder e das práticas políticas tradicionais. Também, podemos considerar que estudar o local nos permite analisar práticas específicas e culturalmente determinantes ao processo de tomadas de decisões.

A análise histórica municipal nos permitiu observar o quanto a política frederiquense foi marcada pelo coronelismo, por práticas clientelistas e pela política fortemente marcada por elites familiares, fatos estes que influenciam na política atual ao verificarmos a sobreposição pessoal e familiar em relação aos partidos políticos, caracterizando o personalismo na política local de hoje.

Em relação ao crescente personalismo, estudos apontam fatores como o aumento da desmoralização e descrença dos partidos políticos, bem como a incredibilidade em relação à política, o que tem favorecido a institucionalização ao voto personalista.

Para Amorim (2006), o argumento é de que a personalização do poder e o clientelismo estão relacionados a fatores de natureza histórica e cultural que incidem diretamente na forma como os cidadãos se posicionam em relação à política. Desta forma, são fatores que não podem deixar de ser analisados dentro do processo de tomada de decisão e pontuados como determinantes.

Uma das hipóteses testada durante a pesquisa foi em relação à escolaridade dos eleitores, se quanto maior o grau de instrução escolar influenciaria na escolha de candidatos pelo seu programa de governo e não pelo cunho personalista. O que se observou foi uma população com baixo nível de escolarização no município de Frederico Westphalen, e sua opção de voto caracterizada pela pessoa do candidato. Os entrevistados que detinham maior escolaridade responderam votar conforme o programa de governo apresentado pelo candidato.

A segunda hipótese deu-se sobre o comportamento político, sendo que esta hipótese foi realizada com a pesquisa direcionada a eleitores de Frederico Westphalen com o intuito de buscar um conhecimento dos ideais políticos dos frederiquenses, suas motivações para as tomadas de decisões, como o voto, e se estas decisões estão ligadas a fatores culturais da política local, e procurando perceber a existência de uma cultura política como fator determinante no processo decisório em eleições municipais.

O que se observou com a pesquisa realizada no município foi que o eleitor frederiquense detém baixo poder aquisitivo, baixo nível de escolarização e a população, em sua maioria, encontram-se na faixa etária entre 25 a 40 anos de idade. Os eleitores de Frederico Westphalen apresentaram na pesquisa um baixo índice de interesse por política e, conseqüentemente, baixíssimo

índices de participação política e confiança na mesma, o que se avalia com isso um fator negativo ao fortalecimento democrático do município, bem como ao processo emancipatório do eleitor.

Desta forma, a partir dos dados obtidos na pesquisa, podemos considerar que o eleitor frederiquense tende a votar na figura da pessoa do candidato, ou seja, tem seu voto condicionado na lógica personalista do comportamento político municipal. Apontamos também que este comportamento político se configura entre os eleitores que apresentam menor interesse por política e baixo nível de participação política.

Ao considerarmos os baixos índices de interesse por política, bem como o pouco envolvimento e participação na política por parte dos eleitores frederiquenses, percebemos que isto está relacionado ao nível de insatisfação dos mesmos com o sistema político, insatisfação esta decorrente sobretudo da corrupção, sendo que entre as respostas mais frequentes entre os entrevistados eram: que os políticos “só pensam em enriquecer com o dinheiro público”, “só pensam no seu benefício próprio”. Estes pensamentos em relação à política geram também o sentimento de estar “fora” do processo, como se o eleitor fosse apenas figurante de todo processo, fazendo que o mesmo torne-se, cada vez mais, distante do contexto político e apático ao sistema democrático.

Assim, podemos sinalizar com a realização desta pesquisa que o comportamento político dos eleitores de Frederico Westphalen é regido pelo cunho personalista, e que as ações regidas socialmente geram o afastamento dos processos emancipatório e participativos, impedindo a consolidação de uma democracia política participativa.

Este trabalho buscou contribuir para o debate nas questões democráticas do município, bem como para a reflexão sobre as práticas políticas exercidas pelos seus eleitores. Desta forma, as análises puderam dar uma pequena contribuição à compreensão do comportamento político, porém, não aprofundadas, ressaltando que o tema requer mais estudos e pesquisas referentes ao eleitorado e o próprio município.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, Gabriel and VERBA, Sidney. *The Civic Culture*. Princeton University Press. 1963.

ALVES, Gustavo Biasoli. *A questão democrática*. In: Sílvio Antonio Colognese. (org). *Fronteiras do saber sociológico*. 1ª Ed. Porto Alegre: Evangraf. 2012, v.01. p. 65-79.

AMORIM, Maria Salete de Souza. *Democracia e Cultura Política em Perspectiva Comparada: Brasil e Paraguai*. In. *Cultura (s) Políticas (s) e Democracia no Século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011. p. 119-140

\_\_\_\_\_, Maria Salete de Souza. *Cultura Política e Decisão Eleitoral no Oeste do Paraná*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2010.

\_\_\_\_\_, Maria Salete de Souza. *Cultura Política e Estudos de Poder Local*. Revista Debates. Vol 01, nº 01. Porto Alegre. 2007. p. 99-120.

\_\_\_\_\_, Maria Salete de Souza. *Cultura Política e Decisão Eleitoral no Oeste do Paraná*. Tese de Doutorado. UFRGS, 2006.

BAQUERO, Marcello (Org). *Cultura (s) Políticas (s) e Democracia no Século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.

\_\_\_\_\_, Marcello. *Cultura Política e Processo Eleitoral no Brasil: o que há de novo?* In: Em Debate, Belo Horizonte, v.2, n.7, jul. 2010. p. 6-10

\_\_\_\_\_, Marcello, PRÁ, Jussara Reis. *A Democracia Brasileira e a Cultura Política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

\_\_\_\_\_, Marcello. *Pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_, Marcello, *Cultura Política Participativa e Desconsolidação Democrática: Reflexões sobre o Brasil Contemporâneo*. Revista São Paulo em Perspectiva. Vol 15. n °04. São Paulo. 2001. p 1-14.

\_\_\_\_\_, Marcello, *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre, Ed. Universitária/UFRGS. 2000.

\_\_\_\_\_, Marcello, *A lógica do processo eleitoral em tempos modernos*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1997.

BATTISTELLA, Vitor. **Painéis do Passado**: 60 quadros de literatura amena. Frederico Westphalen: Gráfica Marin, 1969.

BORBA, Julian. *Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral*. Revista Opinião Pública. Vol. XI, nº 01. Campinas – São Paulo. 2005. p 147-168.

BROTTO, Márcio Eduardo. *Cultura Política: críticas, expressões e influências*. Revista ComUnigranrio. Rio de Janeiro. 2009. p.1-18.

CASTRO, Mônica M.M. de. *Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política*. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – IUPERJ, Rio de Janeiro. 1994.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CERVI, Emerson Urizzi. *Comportamento Eleitoral Volátil e Reeleição: As Vitórias de Jaime Lerner no Paraná*. Revista Sociologia Política, nº 19. Curitiba. 2002. p 123-134.

CHAUI, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. 13ª ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo. EDUSP. 1999.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14ª edição atualizada e ampliada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

FELIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FERES JÚNIOR, João, POGREBINCHI, Thamy. *Teoria política contemporânea: uma introdução*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FERIGOLLO, Wilson A. *Rostos e Rastros no Barril 1954 – 2004*. Frederico Westphalen: Ed. Pluma, 2004.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. *Democracia, Cultura Política e Experiências Participativas na América Latina*. In: *Cultura (s) Políticas (s) e Democracia no Século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011. P. 47-68.

HARRISON, Lawrence E, HUNTINGTON, P. Samuel. *A cultura importa*. Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2002.

INGLEHART, Ronald. *Cultura e democracia*. In: HARRISON, L. E HUNTINGTON, S. (orgs) *A cultura importa*. Rio de Janeiro: Record, 2002. p 133-153.

JACOMELLI, Jussara. *Frederico Westphalen na lógica do Estado Positivista, Castilha e Borgista (1917 – 1930)*. 2ª ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

\_\_\_\_\_, Jussara. *Comissão de Terras: relações de poder em Palmeira*. Passo Fundo: UPF, 2004.

JAMESON, Fredic. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Tradução de Maria Cevasco, Marcos César de Paula Soares. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

KUSCHNIR, Karina, CARNEIRO, Leandro Piquet. *As dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política*. Revista Estudos Históricos. nº 24, 1999.

LASKI, Harold J. *Introdução à Política*. Tradução de Marcelle Soares Brandão. Rio de Janeiro|: Zahar, 1964.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MOISÉS, J. A. *Cultura Política, Instituições e Democracia: lições da experiência brasileira*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais; Vol. 23, nº 66. São Paulo, 2008. p. 11-42

MINAYO, M. C.S. (Org.) *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

NAZZARI, Rosana Katia, SILVA, José Otacílio. *Mídia e Comportamento Eleitoral: As eleições municipais de 2008 em Cascavel – PR*. In: BAQUERO, Marcello e CREMONESE, Dejalma (orgs). *Eleições Municipais 2008. Uma análise do comportamento eleitoral brasileiro*. Ijuí. Ed. Unijuí, 2009. p. 141-182.

NUNES, Edson de Oliveira. *A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

O'DONNELL, Guillermo. *Teoria Democrática e Política Comparada*. In: Dados. Revista de Ciências Sociais. Vol. 42 nº04. Rio de Janeiro. 1999. p.577 – 654.

PATEMAN, Carole. *Participação e Teoria Democrática*. Tradução de Luis Paulo Rouanet. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil: e outros estudos*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RADMANN, Elis Heinemann. *O eleitor brasileiro: uma análise do comportamento eleitoral*. Dissertação de Mestrado. UFRGS, 2001.

RÊGO. Walquíria Domingues Leão. *NOTAS SOBRE O CONCEITO DE DEMOCRACIA EM JOSEPH A. SCHUMPETER E HANS KELSEN*. São Paulo, UNICAMP. 1994.

RIZZATTI, Mary Elizabeth Cerutti. *Aspectos Significativos da História de Frederico Westphalen*. Frederico Westphalen: Ed. Marin, 1996.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Do Contrato Social*. São Paulo. Editora Martin Claret, 3ª Ed. 2008.

RÜCKERT, Aldomar. **A trajetória da terra: ocupação do centro-norte do Rio Grande do Sul, 1827 – 1931**. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

SANTIN, Janaína Rigo. *A noção histórica do poder local no Brasil e o princípio da participação*. In: Anais XVII Congresso Nacional do CONPEDI. Brasília. 2008. p 5852- 5869.

SEIBEL, Erni J. OLIVEIRA, Heloísa M.J. *Clientelismo e seletividade: desafios às políticas sociais*. Revista de Ciências Humanas. nº 39. Florianópolis, EDUFSC. 2006. p 135-145.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1984.

SPONCHIADO, Breno. *Mons. Vitor Batistella na História de ‘Barril’*. Frederico Westphalen: Editora Berthier, 1989.

ZARH, Paulo Afonso. **História agrária do Planalto gaúcho : 1950-1920**. Ijuí: editora Unijuí, 1997.

## APÊNDICE I

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE

Campus Toledo

Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais – Mestrado

Pesquisa de Campo Projeto: Cultura Política e Comportamento Eleitoral no município de Frederico

Westphalen/RS.

Dia / Mês / Ano

--	--	--

Data da entrevista

Nº do questionário: \_\_\_\_\_

Entrevistador: \_\_\_\_\_

BOM DIA/BOA TARDE. Eu sou da UNIOESTE, aluna do Curso de Pós Graduação – mestrado em Ciências Sociais. Você aceitaria responder umas questões para minha pesquisa referente à Democracia e a Cultura Política e o Comportamento eleitoral de FW? (Leva cerca de uns 15 minutos).

Filtro: Você mora em Frederico Westphalen ou está de passagem?

Você é eleitor da cidade de FW?

(Caso não more ou não seja eleitor de Frederico Westphalen, NÃO aplique o questionário. Verifique se há alguém na casa que possa dar a entrevista).

Endereço Completo: \_\_\_\_\_

SEXO

1. Masculino
2. Feminino

IDADE

\_\_\_\_\_  
(anote)

**P1.** Você é brasileiro nato?

1. Sim
2. Não (anote país de origem) \_\_\_\_\_

**P2.** Há quanto tempo mora em FW? \_\_\_\_\_ anos.

(escreva "01" se for até um ano)

**P3.** Até que ano frequentou a escola?

01. Nunca frequentou

02. Ensino fundamental incompleto

03. Ensino fundamental completo (1º grau)

04. Ensino médio incompleto

05. Ensino médio completo (2º grau)

06. Superior incompleto

07. Superior completo (Qual curso?) \_\_\_\_\_

08. Pós – graduação (Em que área?) \_\_\_\_\_

09. NS

10. NR

**P4.** Atualmente qual sua ocupação principal?

1. Está trabalhando (Qual a função que exerce? \_\_\_\_\_)

2. É dona de casa

3. É aposentado

4. Está desempregado

5. Só estuda

6. Outros (Especificar: \_\_\_\_\_)

7. NS

8. NR

**P5.** Qual sua renda familiar?

1. Até um salário mínimo

2. De 1 a 2 salários mínimos

3. De 3 a 4 salários mínimos

4. De 4 a 5 salários mínimos

5. De 5 a 6 salários mínimos

6. Acima de 6 salários mínimos

7. NS

8. NR

**P6.** Quantas pessoas residem com você? \_\_\_\_\_

**P7.** Quantas pessoas contribuem com a renda familiar?

1. 1 pessoa
2. 2 pessoas
3. 3 pessoas
4. 4 pessoas
5. Mais de 4 pessoas

**P8.** Participa de algum grupo social?

- Sindicato (Qual? \_\_\_\_\_)
- Partido Político (Qual? \_\_\_\_\_)
- Associação de Moradores (Qual? \_\_\_\_\_)
- Igreja (Qual? \_\_\_\_\_)
- Outros (Especificar: \_\_\_\_\_)
- Não Participa \_\_\_\_\_

**P9.** O que você acha dos serviços públicos aqui em seu bairro/cidade?

A. Assistência médica	1.Boa 2. Mais ou menos 3. Ruim	4. NS 5.NR
B. Segurança Pública/Policiamento	1.Boa 2. Mais ou menos 3. Ruim	4. NS 5.NR
C. Cultura e Lazer	1.Boa 2. Mais ou menos 3. Ruim	4. NS 5.NR
D. Fornecimento de água/serviço de esgoto	1.Boa 2. Mais ou menos 3. Ruim	4. NS 5.NR
E. Qualidade da Educação	1.Boa 2. Mais ou menos 3. Ruim	4. NS 5.NR

**P10.** Você é filiado a algum partido político?

1. SIM Qual? \_\_\_\_\_
2. NÃO

**P11.** Qual é seu partido de preferência? (Mostrar a relação dos partidos)

11. PP	36. PRN
12. PDT	40. PSB
13. PT	41. PSD
14. PTB	43. PV
15. PMDB	45. PSDB
17. PDC	46. PTN

22. PL 25.PFL 33. PMN	47. PNAB 56. PRONA 65. PCdoB Outros?
-----------------------------	---

**P12.** Se o voto não fosse obrigatório, você teria votado, para prefeito e vereadores nas últimas eleições?

1. SIM
2. NÃO - Por quê? \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
3. NS
4. NR

**P13.** A decisão do seu voto tem sido motivada mais pela:

- ( ) Identificação com a pessoa do candidato (simpatia/confiança)
- ( ) Identificação com o partido do candidato
- ( ) Identificação com o programa do candidato
- ( ) Pelos resultados das pesquisas eleitorais
- (...) Influência familiar/amigos e ou chefes
- ( ) Outros (especificar: \_\_\_\_\_)

**P14.** Quais os 03 fatores mais importantes que você considera na escolha de um candidato ou partido? (Espontânea).

1. Competência
2. Experiência
3. Cumprir Promessas
4. Honestidade
5. Coragem
6. Inteligência
7. Outros (Especificar: \_\_\_\_\_)
8. NS/NR

**P15.** Nas últimas eleições municipais, em quem você votou para prefeito?

1. José Alberto Panosso
2. Roberto Felin Junior
3. NS
4. NR

**P16.** Por que da escolha de seu voto?

---



---

**P17.** O que se pode observar nas últimas eleições municipais foi a **NÃO** reeleição, tanto majoritária, bem como na Câmara de Vereadores. Em sua opinião, o que causou estas mudanças e o que influenciou as mesmas?

---



---



---



---

**P18.** Outra questão a se observar, também nas últimas eleições foi à questão da idade dos eleitos, elegendo um prefeito jovem e na Câmara de Vereadores tento um número expressivo de eleitos também jovens. A que você atribui essas decisões nas eleições?

---



---



---



---

**P19.** Em sua opinião, quais foram os interesses que os candidatos a Prefeitura Municipal defenderam em sua campanha eleitoral, nas últimas eleições?

	Trabalhadores, população em geral	Grandes Empresários	Grandes proprietários de terras	Interesses próprios	Pequenos Agricultores	Outros Especificar	Não Sabe
José Alberto Panosso							
Roberto Felin Junior							

**P20.** Qual o grau de sua confiança em relação a:

1. Sindicatos	1. Muita 2. Pouca 3. Nenhuma
2. Partidos	1. Muita 2. Pouca 3. Nenhuma
3. Televisão	1. Muita 2. Pouca

	3. Nenhuma
4. Igrejas	1. Muita 2. Pouca 3. Nenhuma
5. Política	1. Muita 2. Pouca 3. Nenhuma
6. Cientistas e Professores	1. Muita 2. Pouca 3. Nenhuma
7. Deputados e Senadores	1. Muita 2. Pouca 3. Nenhuma
8. Tribunais de Justiça	1. Muita 2. Pouca 3. Nenhuma
9. Ministros do Governo	1. Muita 2. Pouca 3. Nenhuma

**P21.** Os vereadores, deputados e senadores têm como principais funções fazer leis e fiscalizar o uso do dinheiro público. Em sua opinião, os vereadores de nossa cidade cumprem essa função? E os deputados da Assembleia do Estado? E os deputados e senadores do Congresso Nacional?

	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>UM POUCO</b>	<b>NÃO SABE</b>
Vereadores	1	2	3	4
Deputados Estaduais	1	2	3	4
Deputados Federais	1	2	3	4

**P22.** Na sua opinião os políticos brasileiros procuram em 1º lugar (Marcar apenas uma opção):

1. Defender os interesses dos eleitores
2. Enriquecer a custa do dinheiro público
3. Cumprir o programa de governo
4. Arrumar a vida dos amigos e parentes
5. Defender propostas de bem – estar social para todos
6. Outras respostas: \_\_\_\_\_
7. NS
8. NR

**P23.** Você acompanha as notícias políticas do país por quais veículos de comunicação? (espontânea)

1. Pela TV 2. Pelo Rádio 3. Pelos Jornais	6. Parentes 7. Amigos 8. Vizinhos
---	---

4. Por revistas 5. INTERNET	9. Colegas de trabalho 10. Outras formas: _____
--------------------------------	--

**P24.** Você tem o hábito de:

	SIM	NÃO	RARAMENTE
Ler ou assistir o noticiário sobre política?	1	2	3
Assistir propaganda política eleitoral?	1	2	3
Conversar sobre política com outras pessoas?	1	2	3
Tentar convencer amigos a votarem nos candidatos que acha bom?	1	2	3
Frequentar reuniões de associações para resolver problemas do seu bairro ou de sua cidade?	1	2	3
Frequentar reuniões de partido políticos?	1	2	3
Assinar manifestos de protestos ou de reivindicações?	1	2	3
Participar de manifestações a favor ou contra o governo?	1	2	3
Participar de greves?	1	2	3
Outra atividade política? Se sim quais? _____	1	2	3

**P25.** Após as respostas dadas, o que o (a) Sr (a) entende por democracia?

---



---



---



---

**P26.** Você considera que o Brasil se encaixa nessa definição de democracia? E nosso município?

---



---



---



---

**P27.** Na sua opinião, qual o principal problema do Brasil hoje? E Frederico Westphalen?

---



---



---



---

**P28.** Você considera importante a participação da população na política? Por que?

---

---

---

---

---

**P29.** Em sua opinião, as instituições políticas (Congresso, partidos, câmaras de vereadores), estão cumprindo a sua função de representar os interesses dos cidadãos?

---

---

---

---

---

**P30.** Tem se registrado nos últimos anos e eleições fatos de corrupção, clientelismo. Qual seu posicionamento referente a estas questões?

---

---

---

---

---

**P31.** E o nepotismo, você sabe o que significa? Você é a favor ou contra a contratação de parentes pelas administrações políticas?

---

---

---

---

---

**P32.** E a respeito do clientelismo? Qual sua opinião sobre a concessão de benefícios públicos e ou monetários, matérias em troca de voto? Conhece alguma situação que caracterize essa prática?

---

---

**ENCERRA A ENTREVISTA COM AGRADECIMENTO!!**

**OBSERVAÇÃO DO ENTREVISTADOR: ANOTAR SEM PERGUNTAR.**

Tempo gasto com a entrevista: \_\_\_\_\_

Cor do entrevistado:

1. Branco
2. Negro
3. Amarelo (oriental, japonês, chinês...)
4. Pardo

A residência do entrevistado é:

1. Luxo
2. De boa qualidade
3. Modesta
4. Pobre
5. Muito pobre

Em que medida o entrevistado foi sincero, interessado e capaz de compreender as perguntas formuladas? (Notas de 1 baixíssimo a 10 grau máximo)

	NOTA
A. Grau de sinceridade	
B. Grau de interesse	
C. Grau de compreensão	